

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

CÍNTIA MARIA MARTINS FERREIRA

**DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS: UMA ANÁLISE DO VALOR E
DO VOLUME SETORIAL , 2003-2007**

**PORTO ALEGRE
2007**

CÍNTIA MARIA MARTINS FERREIRA

**DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS: UMA ANÁLISE DO VALOR E
DO VOLUME SETORIAL , 2003-2007**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Economia do
Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em
Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUCRS).

Orientador: Prof. Dr. Adelar Fochezatto

PORTO ALEGRE
2007

CÍNTIA MARIA MARTINS FERREIRA

**DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS: UMA ANÁLISE DO VALOR E
DO VOLUME SETORIAL , 2003-2007**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Economia do
Desenvolvimento, Curso de Pós-Graduação em
Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em: ____ de _____ de ____

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marco Antônio de Oliveira Ferreira e Iolanda Martins Ferreira que sempre estiveram presentes me dando apoio nesta longa caminhada, pois sem eles se tornaria difícil concluir esta jornada. Também ao meu orientador, Prof. Dr. Adelar Fochezatto que muito contribuiu com seus conhecimentos para que este trabalho se concretizasse, e ao meu noivo e futuro marido Rodrigo Ludtke Rojahn que me ajudou através de suas frases de carinho e otimismo.

Agradeço a todos os professores e também colegas da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em especial ao Prof. Dr. Flávio Tosi Feijó pelos seus comentários que enriqueceram o meu trabalho.

Não deixo de agradecer aos meus alunos: Júlio César de Araújo da Silva e Edison da Cruz Veiga, alunos do curso de Economia da FURG, que colaboraram com seus conhecimentos técnicos primordiais para o trabalho, e aos demais alunos que foram compreensivos na fase turbulenta que atravessei antes da defesa da dissertação.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente na conclusão de mais uma etapa acadêmica e profissional da minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a relação entre a abertura comercial e a evolução da pauta exportadora do Rio Grande do Sul. Primeiramente, analisam-se os acontecimentos econômicos e regionais que nortearam a abertura comercial no Brasil. Particularmente, estuda-se a evolução das exportações estaduais, concomitantemente, a suposta inserção regressiva da pauta exportadora gaúcha e os fatores determinantes do seu desempenho. Em seguida, serra feito um comentário sobre o perfil exportador gaúcho, bem como seus principais produtos exportados e seus mercados de destino. Com base nessas informações, e utilizando como fonte de dados a Fundação de Economia e Estatística (FEE), será analisada, a evolução do valor e do volume dos principais produtos exportados pelo Estado durante o período de 2003/2007. É verificado que os impactos da abertura, em relação ao desempenho dos produtos de menor valor agregado são positivos da pauta exportadora gaúcha. Embora, exista a necessidade do Estado direcionar suas exportações para setores que apresentem alto dinamismo internacional e maior conteúdo tecnológico.

Palavras-chave: abertura comercial, efeitos regionais, inserção regressiva e exportações do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The goal of this paper is to study the connection between the commercial opening with the evolution of the items exported by Rio Grande do Sul. First of all, the economical and regional events that guided the commercial opening in Brazil are analyzed. Particularly, the evolution of the exportations by the state are studied, together with the reprimarização and the supposed regressive insertion of the items exported by the gauchos, and the dominating factors of its performance. Then, a comment on the gaucho exporter profile would be made, as well as its main exported products and their receiving markets. Based on this information, using as source of data the Fundação de Economia e Estatística (FEE), the evolution of the price and amount of the main exported products between 2003/2007 would be graphically analyzed. It is checked that the impacts of the commercial opening, related to the performance of the cheapest products was positive, confirming the reprimarização of the items exported by the gauchos. Although, there is a strong need for the State to direct its exportations to sectors that show a higher international dynamism and a better technological content.

Key words: commercial opening, regional effects, regressive insertion and exportations by Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E SUS IMPACTOS REGIONAIS.....	11
1.1 ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL.....	11
1.2 ASPECTOS REGIONAIS.....	19
CAPÍTULO 2 - AS EXPORTAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL.....	25
2.1 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS.....	25
2.2 PERFIL E INSERÇÃO REGRESSIVA NA PAUTA.....	27
2.3 PARTICPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	30
2.4 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO RS.....	34
2.5 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO RS.....	37
CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO DO VALOR E DO VOLUME EXPORTADO.....	40
3.1 CALÇADOS.....	41
3.2 VEICULOS AUTOMOTORES.....	43
3.3 FUMO.....	45
3.4 CARNES.....	46
3.5 SOJA.....	48
3.6 COUROS.....	49
3.7 PRODUTOS QUÍMICOS.....	51
3.8 CLASSIFICAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO RS SEGUNDO A EVOLUÇÃO DE VALOR E VOLUME EXPORTADO.....	51
3.9 POSSÍVEIS CAUSAS DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS.....	55
CONCLUSÕES.....	59
REFERÊNCIAS.....	64
ANEXOS.....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ÍNDICE DE GENI DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	22
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DO RS NO TOTAL EXPORTADO.....	31
TABELA 3 - PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DO RS.....	36
TABELA 4 – PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO DO RS.....	36
TABELA 5 – ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DE VALOR E VOLUME DAS EXPORTAÇÕES.....	26
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (2003-2007).....	32
GRÁFICO 3 – CALÇADOS.....	42
GRÁFICO 4 – VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	44
GRÁFICO 5 – FUMO.....	45
GRÁFICO 6 – CARNES E MIUDEZAS COMESTÍVEIS.....	47
GRÁFICO 7 – COMPLEXO SOJA.....	48
GRÁFICO 8 – PELES E COUROS.....	50
GRÁFICO 9 – PRODUTOS QUÍMICOS.....	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS EXPORTADOS CONFORME SUA PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO NA PAUTA EXPORTADORA DO ESTADO, SEGUNDO NOMECLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM).....	53
---	----

INTRODUÇÃO

A Abertura comercial vivida pelo país na década de 90, promoveu um marco econômico na história do Brasil. Em vista á diversos acontecimentos que marcaram o período, dois fatos permitiram estabelecê-la como uma fase única. Em primeiro lugar, a valorização cambial potencializou a abertura comercial propriamente dita. Em segundo lugar, em decorrência do primeiro, o comportamento da balança comercial seguiu uma tendência única até a desvalorização, ou seja, o rápido crescimento das importações *vis-à-vis* a evolução lenta das exportações.

Em detrimento do aumento significativo das importações promovidas pela valorização cambial, ocorreu a introdução maciça de novas tecnologias no processo produtivo das empresas e, dessa forma, houve uma expressiva modernização com relação a novos métodos de produção, visto que as importações de diferentes segmentos industriais aumentaram de forma relevante.

Em relação a nossa pauta exportadora, muitos analistas esperavam que ocorresse o chamado “círculo virtuoso”¹, que consiste num aumento considerável nas importações gerando ganhos de eficiência e produtividade para as empresas e, posteriormente, gerariam novas vantagens competitivas para o país com o aumento na participação de produtos de maior valor agregado na pauta exportadora. Mas, dados empíricos mostram que houve uma continuidade na composição da pauta exportadora é composta de produtos básicos: essa tendência que foi verificada a nível nacional também foi observada no Rio Grande do Sul.

Devido a esses dados empíricos, objetiva-se neste trabalho analisar os principais setores exportadores, bem como a evolução do valor e volume mensal exportado desses produtos que têm uma representatividade relativa na pauta exportadora gaúcha durante o período de 2003 a 2007. O objetivo do trabalho é estudar o desempenho dos principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul ao longo do período.

O trabalho é composto de três capítulos, além dessa introdução e das conclusões. No primeiro capítulo é feito um debate a cerca da abertura comercial e seus impactos regionais. No segundo capítulo abordará a participação do Estado na pauta exportadora nacional, a

¹ “Círculo virtuoso” ocorre quando o aumento da produtividade causa o incremento das exportações que, por seu turno, provoca expansão da produção e aumento de ganhos de escala, que gera mais aumento de produtividade.

evolução das exportações gaúchas bem como, os principais produtos exportados e seus principais mercados de destino.

Já no terceiro capítulo será feito uma análise da evolução do valor e volume exportado pelo Rio Grande do Sul, ao longo do período de 2003 a 2007 e, a partir desses resultados, serão apontadas as principais fontes de causas que poderiam estar interferindo de maneira direta, no desempenho das exportações estaduais. Após, será realizado a análise dos resultados.

CAPÍTULO 1 – ABERTURA COMERCIAL DO BRASIL E SEUS IMPACTOS REGIONAIS

O objetivo deste capítulo é descrever o processo de abertura comercial ocorrido no Brasil no início da década de 1990. A liberalização comercial representa um marco fundamental na economia brasileira, contrapondo-se de maneira significativa ao processo de Industrialização por Substituição de Importação vigente anteriormente. Desse modo, pode-se observar que, o processo de abertura teve efeito tanto a nível nacional quanto a nível regional no que tange as exportações e também a diversificação dos produtos exportados pelo país.

O capítulo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira é destacada a abertura comercial e suas reformas estruturais. Na segunda seção será discutida a inserção da abertura comercial no Brasil e seus impactos na estrutura produtiva, na terceira seção dá ênfase nos efeitos da abertura a nível regional.

1.1 ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

O processo de liberalização comercial no Brasil se iniciou em 1988 e se prolongou até 1994, com a antecipação da vigência da TEC (Tarifa Externa Comum)² Tarifa Externa Comum do Mercosul prevista para 1995. A análise do processo de abertura e de suas conseqüências sobre os fluxos de comércio permite dividir o período em três fases. A primeira compreende os momentos iniciais da liberalização, quando prevalecem as alterações na estrutura herdada do período anterior. A segunda fase se estende de 1994 a janeiro de 1999, período no qual se concentra os efeitos da abertura. Nesta fase estão combinados à redução da proteção do mercado interno, a estabilização monetária e a valorização cambial de janeiro de 1999.

A primeira tem início ainda no final de 1988, sendo composta de dois subperíodos. O primeiro, o biênio de 88-89, foi caracterizado por alterações na estrutura tarifária, com redução nas tarifas médias, abolição de regimes especiais de importação e unificação de tributos. A partir de 1990, a política de liberalização comercial é explicitada na Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). A PICE identificava o setor externo como motor de

² Como previsto no Tratado de Assunção, a partir de 01/01/1995, os quatro países participantes do Mercosul adotaram a Tarifa Externa Comum (TEC), com base na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), com direitos de importação incidentes sobre cada um desses itens.

crescimento industrial, procurando enfatizar o papel dos setores exportadores e sua associação com os setores geradores de progresso técnico. Propunha ainda um cronograma de liberalização gradativa a ser cumprido entre 1990 a 1994. Contudo, a proposta gradual foi implementada apenas até 1992, quando foi eliminada a maior parte da estrutura de proteção (barreiras tarifárias e não tarifárias) pelo processo de tarifação. No final de 1992 foram antecipadas diversas reduções tarifárias previstas para os anos de 1993 e 1994.

O início da segunda fase é marcado pela estabilização monetária, lograda a partir da implementação do Plano Real. A partir do plano, a política comercial é utilizada como forma de garantir a continuidade da estabilidade monetária. Um exemplo disso foi a antecipação da vigência da TEC, que deveria entrar em vigor em 1995, para 1994. Nessa fase os efeitos da abertura se fazem sentir fortemente. A liberalização se soma a valorização cambial e ao aquecimento da economia propiciado pela estabilização. Em 1993 o crescimento da produção industrial foi superior a 8% e em 1994 de aproximadamente de 7% segundo dados do IBGE.

Desde o Plano Real até a ruptura da política cambial de 1999. Este período é marcado por uma série de rupturas, como a crise mexicana de 1995, a asiática em 1997 e a crise russa em 1998. A crise mexicana provocou uma reação defensiva do governo que elevou a tarifa de importação de alguns bens em até 70%, para mais tarde reduzir-los. Ainda, foi criada uma lista de exceção à TEC (MOREIRA e CORRÊA, 1996). Do ponto de vista do crescimento, pode-se observar também a existência de ciclos curtos, interrompidos por crises externas que agravam a situação interna.

Não obstante a heterogeneidade de eventos que marcam estes anos, dois fatos permitem estabelecê-la como uma fase única. Em primeiro lugar, a valorização comercial que marca todo o período potencializou a abertura comercial propriamente dita. Em segundo lugar, em decorrência do primeiro, o comportamento da balança comercial seguiu uma tendência única até a desvalorização, ou seja, o rápido crescimento das importações *vis à vis* a evolução lenta das exportações. Como resultado, o saldo comercial mudou de sinal e tornou-se crescentemente negativo.

A última fase inicia-se com a desvalorização de janeiro de 1999, a partir da adoção do regime de câmbio flutuante, após uma breve tentativa de adoção de um sistema de banda cambial. A análise dos fluxos comerciais nesse período permite verificarem quão duradouros e profundos foram os efeitos da reestruturação econômica ocorrida ao longo da década. Mesmo após a desvalorização, a balança comercial se manteve negativa em 2000, com a importação e alguns setores (como eletrodomésticos e químicos) mostrando um elevado grau de rigidez. Fica patente também a dificuldade em se obter as taxas de crescimento das

exportações desejadas pela equipe econômica (estabelecidas no pacote de socorro financeiro firmado com o FMI em 1998).

Com respeito da análise do coeficiente de penetração das importações, permitiu verificar que a abertura levou ao aumento dos coeficientes em praticamente todos os setores da indústria, (MOREIRA e CORRÊA, 1996). Os setores que apresentaram os maiores coeficientes foram o de máquinas, equipamentos e instalação de material e aparelhos eletrônicos e de comunicação. O aumento do coeficiente de penetração seguiu o movimento do coeficiente de importação. E, o crescimento das importações foi muito superior ao crescimento das exportações.

O aumento do coeficiente de importação também foi verificado em todas as categorias de uso. Contudo, o impacto da abertura foi muito mais pronunciado no setor de bens de capital, para as quais as importações que eram equivalentes a 20% do valor da produção, chegaram a quase 60% em 1995. Para os setores de bens de consumo duráveis e bens intermediários elaborados, os coeficientes encontrados foram de 14,2% e 14,8% respectivamente. Esse resultado contrasta com o valor dos coeficientes de exportação, que para o setor de bens de capital se elevou de 7,9% para 16,8% entre 1990 e 1995, Moreira e Corrêa (1996).

Com relação à participação dos setores no produto Moreira e Corrêa (1996, p.34) falam que:

Os setores que mais aumentaram sua participação no produto foram os de indústrias de bebidas, farmacêutico, celulose, perfumaria, sabões e velas (crescimento superior a 50%). Aqueles que apresentaram maior redução foram os de indústria de tratores e maquinaria rodoviária e aparelhos eletrônicos e de comunicação. A redução foi causada principalmente pelo aumento das importações. Para as categorias de uso o resultado foi semelhante àquele verificado para os coeficientes de comércio. O setor de bens de capital foi o mais atingido, com perda de participação de 28% no período, contrariando os resultados esperados pela literatura.

Na análise da variação do *market share* de acordo com a intensidade de fatores revelou que os setores intensivos em capital e trabalho tiveram sua participação no produto reduzida em 11,4% e 13,5%, respectivamente. Em contrapartida, os setores intensivos em recursos naturais aumentaram sua participação em 16%. Já os setores intensivos em tecnologia apresentaram um pequeno aumento na participação de 2,4%.

Os autores avaliaram que os impactos da abertura, observados no período de 1989 a 1998 seguiram a “direção desejada” considerando que “a industrialização por substituição de importações promoveu um aumento excessivo de setores, à revelia dos recursos disponíveis

no país, e ensejou estruturas de mercado ineficientes que só se sustentaram graças à proteção elevada” (1996, p.45). A abertura teria contribuído para reverter um quadro de verticalização industrial excessiva e falta de incentivos em investimentos em capacitação tecnológica.

Assim, a concentração e a especialização da produção são vistas como positivas, particularmente para o setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis (setores intensivos em escala). O aumento das importações (refletido no aumento dos coeficientes) foi considerado natural e atribuído à importação de bens de capital e de partes e componentes mais modernos. Foi ressaltada ainda a redução do viés anti-exportador que a proteção do mercado interno representava, resultando em um estímulo às exportações.

Para os autores, a diferença entre o crescimento das importações e exportações seria resultado da combinação de dois fatores. Por um lado, fatores considerados inevitáveis ou intrínsecos ao processo de liberalização comercial, como a maior velocidade de respostas das importações *vis á vis* as exportações, uma vez que o acesso de produtos nacionais ao mercado externo envolveria custos de promoção e canais de distribuição dos produtos. Por outro lado, a apreciação cambial teria contribuído para exacerbar as diferenças de reação de importações e exportações.

A expectativa na melhora do desempenho exportador é ressaltada por MOREIRA (1999), após a atualização da série para o ano de 1998. Para o autor, o crescimento do coeficiente exportado confirmou as expectativas, a despeito dos obstáculos colocados pelas variáveis macroeconômicas. Para ele: “com a consolidação do novo regime e a melhora de ambiente macroeconômico, em particular com a desvalorização real do câmbio, espera-se a redução desse diferencial liderada principalmente pelo crescimento das exportações” (1999, p.301).

Esse incremento das exportações deveria ser observado particularmente nos setores intensivos em tecnologia (outros veículos, material e aparelhos eletrônicos e de comunicação e máquinas e equipamentos), nos quais os ganhos de escala e especialização, deveriam conduzir ao aumento da exportação, compensando o elevado coeficiente importado desses setores.

Outro ponto considerado positivo foi a alteração da participação setorial segundo a intensidade de recursos. Esta alteração seria uma evidência de que a abertura teria levado a uma alocação de fatores mais condizente com a disponibilidade de recursos no país. Nesta linha, o significativo aumento da participação dos setores intensivos em recursos naturais na pauta exportadora é sublinhado como resultado positivo. É interessante notar ainda que uma evidência inesperada (a perda de participação dos setores intensivos em trabalho) foi

imputada pelos autores aos “danos causados por décadas de proteção incondicional e descaso governamental” (MOREIRA, 1999, p.49), ao passo que a produção de bens como automóveis e computadores, supostamente de maior valor agregado, teria sido priorizada pelas políticas de incentivo.

No processo de abertura comercial no Brasil, existe a percepção de que a combinação da abertura com a estabilização monetária e o aumento dos investimentos externos, estaria conduzindo a economia brasileira para padrões positivos mais próximos aos dos países avançados. Outro ponto de concordância é a avaliação de que o período de transição e implementação das reformas envolveria alguns custos. O principal deles estaria associado ao rápido aumento das importações, que representaria um efeito colateral da adequação e modernização da indústria nacional em direção a métodos mais eficientes de produção. Passada uma primeira fase, a queda das importações e o substancial aumento das exportações seriam esperados, recompondo em um nível qualitativamente superior o saldo comercial brasileiro.

Contudo, o aumento acelerado das importações, o aumento tímido das exportações e a dificuldade de obtenção de taxas de crescimento sustentadas suscitaram sérias dúvidas em relação à direção da reestruturação da indústria associada á abertura. Nesta linha, Coutinho (1997) avalia que a abertura comercial na forma e sob as condições em que foi realizada resultou em um processo de especialização regressiva da indústria brasileira.

Para o autor, a abertura e a política de estabilização provocaram um viés pró-importações com sérios impactos sobre a produção nacional. O aumento acelerado das importações não seria apenas um custo temporário das reformas, mas sim o resultado da má condução do processo. O autor argumentou que, ao contrário da esperada “reestruturação virtuosa”, os resultados das reformas seriam a desindustrialização e a desnacionalização que se verificam em três dimensões:

- a) Redução do valor agregado nas cadeias industriais mais complexas em virtude do aumento da participação de componentes importados na produção;
- b) Substituição da grande parte da oferta doméstica por importações em setores como máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, química, farmacêutica, têxtil, dentre outros;
- c) Substituição local de alguns produtos por importações, especialmente nos setores de bens de capital, informática e telecomunicações, autopeças e eletrônicos de consumo.

Os setores menos afetados teriam sido os produtores de *commodities*, de bens não comercializáveis e aqueles que foram alvo de regimes especiais de proteção como a automobilística (COUTINHO, 1997, p.92). A abertura comercial, longe de ter propiciado a

motivação para a superação das deficiências produtivas teria, juntamente com a valorização cambial, exposto e aprofundado a fragilidade da indústria nacional, resultando em estratégias de adaptação que colocaram obstáculos á reestruturação das empresas em direção aos padrões internacionais. Dessa forma, o autor especifica que:

(...) Há clara correlação existente entre o baixo dinamismo de muitos setores industriais e a marcante penetração de produtos importados. De outro lado, nos setores em que o desempenho recente da demanda doméstica foi muito mais dinâmico cresceu significativamente a importação de matérias-primas, insumos, partes e componentes, reduzindo-se o grau de agregação de valor ao longo das respectivas cadeias industriais, com impactos negativos sobre o potencial de crescimento desses setores (COUTINHO, 1997, p.94).

No lugar de um movimento de busca generalizada de aumento de produtividade através de investimentos e modernização dos processos produtivos em muitos setores predominam estratégias defensivas, em resposta à abrupta exposição à concorrência com importados. Assim, a substituição de insumos nacionais por importados aparece como meio de obter uma rápida redução de custos, tendo em vista as melhores condições de preços e financiamento internacionais. Esse movimento explicita uma contradição entre a busca por alguns ganhos de eficiência no plano micro (gerada pela pressão competitiva) e a sustentabilidade do processo no plano macro, posto o enfraquecimento das cadeias industriais e o estabelecimento de déficits comerciais.

Fazendo uma análise do efeito da abertura comercial sobre as exportações é observado que, após ter apresentado taxas de crescimento bastante expressivas no início dos anos 90, o montante exportado pelo país estabilizou-se no patamar de US\$ 50 bilhões e não tendo nenhuma melhora significativa ao longo da década (LIMA e CARVALHO, 2000).

Um dos principais problemas apontados pelos exportadores como causas da má *performance* do setor ao longo da década são, dentre outros: redução de tarifas portuárias, sobrevalorização do câmbio, custo de transportes e redução dos fretes internacionais.

Estudos realizados pelo IEDI³, por exemplo, traz dados sobre a perda de competitividade das exportações brasileiras no final da década de 90. Segundo o IEDI os produtos da pauta brasileira os quais pertenciam aos setores que apresentavam demanda crescente no comércio mundial, participavam com 52% das exportações no início da década e foram reduzidos para 36% no final do período. O que pode estar ocorrendo é que a pauta de exportações do Brasil esteja “envelhecendo”, e o país está cada vez mais restrito a exportar

³ IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) é um órgão privado de estudos sobre a indústria e o desenvolvimento nacional.

produtos que se encontra em declínio no mercado mundial, ressalvados alguns bens como os da Embraer (LIMA E CARVALHO, 2000).

Com relação a situação brasileira é necessário destacar o processo de desindustrialização e de integração comercial com o exterior ocorrido na Holanda o fato é que a economia industrial daquele país costumava gerar superávits importantes na balança comercial, passando a registrar, a partir daquele momento da descoberta de reservas de gás natural, excedentes comerciais associados à exportação desse recurso natural. Com isso, verificou-se uma grande entrada de divisas, levando a uma apreciação da moeda nacional e reduzindo a competitividade dos setores industriais tradicionalmente exportadores. Esse é o caso de desindustrialização denominada como “doença holandesa”.

O diagnóstico que o Brasil estaria acometido da “doença holandesa” reacendeu o debate sobre essas questões. Autores como Nakahodo e Jank (2006) examinam se o Brasil estaria efetivamente sofrendo desse mal, isto é, se se industrializou. Para tanto, focalizaram a pauta de exportações brasileiras, a evolução de sua estrutura e sua dinâmica de crescimento. Os resultados encontrados levam a sustentar que não se pode falar propriamente em “commoditização” da pauta de exportações (e, portanto, em desindustrialização).

Foi constatado ao longo do período de 1996-2005 que a proporção das *commodities* brutas e processadas no total exportado variou de 30% a 40% da pauta, com uma tendência de ligeiro crescimento a partir de 2000 e estabilização no patamar de 39% a partir de 2002 (NAKAHODO E JANK, 2006).

Dessa forma, segundo os autores citados mesmo se admitindo a importância das *commodities* no aumento do fluxo exportador, deveria ser abandonada a idéia simplista de que produzir commodities tal como são feitas atualmente, não constitui uma verdadeira atividade industrial. E isto porque, por trás das mesmas, há toda uma rede de indústrias de insumos, de máquinas e de processamento de produtos, além do concurso de inúmeros serviços de suporte.

Contudo, é graças a essa cesta de produtos em relativo declínio que o país ainda consegue apresentar saldos positivos na balança comercial. Apesar de uma resolução progressiva de alguns dos problemas apontados como prioritários pelos exportadores, não se registrou um aumento significativo das exportações, havendo em alguns casos redução das exportações. Então, como se explicaria a relação entre solução parcial dos problemas e perda do dinamismo exportador do país?

O que poderia estar acontecendo conforme, Lima e Carvalho (2000), uma perda de competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional, que não parece ser explicável dentro dos esquemas analíticos válidos até pouco atrás. Isto é, não basta reduzir os

custos, mas sim montar um conjunto de ações coordenadas em diferentes esferas do governo. De acordo com essa análise, Lima e Carvalho (2000, p.255) argumentam que: “É necessário montar um novo conjunto de ações coordenadas do governo, de suas entidades financeiras, máquinas administrativas e órgãos de fomento para que, em conjunto com as associações de classe, se obtenha um aumento substancial das exportações”.

Muitos analistas argumentam também que, um dos maiores problemas enfrentados por países como o Brasil, que passaram pela transição de regime de economia aberta, é falta do desenvolvimento da cultura exportadora. Além das condições básicas, como a adequação das redes de infra-estrutura com regulação eficiente adaptadas para o novo ambiente, há a necessidade de ações específicas e direcionadas para aqueles setores que demonstrem capacidade de reagir rapidamente, frente às oportunidades e de aumentar suas vendas para o comércio internacional.

Atualmente, a maioria das empresas exportadoras operam no mercado de *commodities* e, portanto, têm suas possibilidades de crescimento limitadas ao desempenho do mercado internacional. Sob a pena de ocorrer uma estagnação (e até mesmo uma diminuição) das exportações, é necessário que se incorpore um maior número de empresas de diferentes segmentos ao universo dos exportadores.

Contudo, caso haja a prioridade de estimular as tradicionais empresas exportadoras, haveria uma opção pela adoção de políticas horizontais que beneficiem indiscriminadamente todas as empresas, ou seja, que se destinem tão somente a um pequeno subconjunto de empresas para que elas alcancem a plenitude de seu vigor exportador, é definido setores específicos que já possuem grande inserção internacional, como produtos agrícolas, ou aqueles com competitividade baseada na intensidade do trabalho (calçados, celulose, vestuário etc.)

Além desses, poder-se-ia incluir algumas linhas de produtos específicos nas quais há grande controle do produtor sobre a oferta de bens, como nas indústrias automobilística, farmacêutica e química.

Em síntese, a mudança do padrão de comércio do Brasil ficaria dependente das mudanças no mercado internacional, e da capacidade do governo em manter sintonia adequada de políticas estratégicas, visando o estímulo expressivo nas exportações brasileiras.

1.2 ASPECTOS REGIONAIS

Estudos empíricos apontam para a relevância do grau de exposição do país ao comércio exterior na determinação geográfica de sua economia. Com base nos modelos econômicos desenvolvidos por Fujita, Krugman e Venables (2000), pode-se concluir que a liberalização comercial criaria forte incentivo para haver desconcentração na economia doméstica, já que num país voltado para seu mercado interno, haveria a tendência da industrialização levar ao estabelecimento de uma estrutura centro-periferia no interior do seu espaço geográfico.

As principais regiões metropolitanas e as capitais do país, geralmente, aglomeram em torno de si uma considerável parte das empresas industriais. Isso é natural numa economia “voltada para dentro”. Já nessas localidades as empresas teriam o melhor acesso aos insumos produzidos internamente, assim como ao mercado consumidor (encadeamentos para trás e para frente). Por outro lado, a abertura da economia ao comércio internacional faz com que os efeitos de encadeamento tornem-se menos importantes. Uma empresa que exporta a maior parte de sua produção e que utiliza uma parcela significativa de insumos importados possuiria poucos incentivos para se localizar no centro econômico do país, pois as deseconomias de aglomeração, os custos de congestionamento, são para elas mais fortes que as vantagens dos efeitos de encadeamento de uma localização no centro.

Em termos regionais, o modelo de Substituição de Importações em vigor antes da abertura comercial, ocasionou uma aglomeração regional, as indústrias se concentraram em determinadas regiões criando grandes centros urbanos e, com eles, significativas disparidades regionais. E, dessa forma, com o desenvolvimento da industrialização, não só a região, como o seu mercado consumidor foi relativamente mais beneficiado do que as demais regiões, Maciel (p.4, 2003) diz que: “A periferia se constituiu, justamente, em função do centro, especializando-se no fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra, consumindo os produtos manufaturados por eles produzidos”.

Nota-se que com a abertura comercial houve o incentivo para a desconcentração da atividade econômica minimizando as desigualdades regionais. De acordo com a teoria econômica, a possibilidade de se abastecer de insumos importados e de aumentar as vendas para o mercado externo incentivam a realocação das empresas para outras regiões e, desse modo, atenuando a ligação entre o mercado interno com as respectivas aglomerações econômicas.

Ao contrário da política comercial protecionista, o aumento das transações comerciais do país com o exterior, atuou no caminho de um maior equilíbrio regional do país, pois há a possibilidade de explorar vantagens comparativas podendo abrir novas alternativas nas regiões periféricas do país que fiquem à margem do desenvolvimento industrial. De acordo com a Nova Teoria do Comércio Internacional, com a atuação do setor externo, a periferia produz não apenas para o centro do país, mas também para o exterior. Com isso, haveria aumento do dinamismo na periferia, tanto que as forças centrípetas passariam a atuar de modo mais forte, atraindo novas empresas e população, contribuindo para a redução das disparidades regionais (MACIEL, 2003).

Com a abertura comercial intensificaram-se a introdução maciça de novas tecnologias, ocorreram também mudanças significativas no que tange a distribuição espacial da produção. De acordo com Fochezatto e Curzel (2002), configurando-se em fusões e aquisições e deslocamento do capital produtivo dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos, instalando-se nas regiões mais desenvolvidas desses países. Também ocorrendo de forma interna como a migração e/ou expansão de atividades tradicionais, que geralmente demandam mão-de-obra menos qualificada, das regiões mais desenvolvidas para as demais regiões.

Juntamente com a mudança espacial, a maior abertura da economia ocasionou o aumento da especialização produtiva regional e, dessa forma, intensificaram-se as interdependências econômicas entre os estados, visto que, com a abertura há uma melhor utilização das vantagens comparativas, levando assim a geração de excedentes exportáveis nos setores mais competitivos, em detrimento de uma elevação das importações nos setores de menor competitividade. Desse modo, devido às diferenças nas estruturas produtivas, Fochezatto e Curzel (2002, p.8) analisam que “(...) em virtude das diferenças nas estruturas produtivas as regiões sofrem efeitos diferentes, causados por políticas macroeconômicas ou por outros choques exógenos (...)”.

Sendo assim, com o aumento da especialização produtiva regional, estudos recentes sobre economia internacional, como o de Barbosa, Moraes e Barcellos (2005), demonstram grande preocupação em verificar o possível aumento da participação do país no comércio mundial em geral e, em particular sobre a composição da pauta exportadora e importadora do Brasil e de seus Estados.

De acordo com os autores, a partir da flexibilização cambial brasileira é notória a existência de uma mudança no padrão exportador brasileiro, o fim do sistema de bandas cambiais agiu no sentido de propiciar o aumento do volume de mercadorias exportadas pelo

Brasil no comércio internacional. Desde então, as exportações brasileiras passaram apresentar uma forte tendência de crescimento e, em 2003, atingiram um novo recorde, totalizando US\$ 73,1 bilhões. Entretanto, este resultado ainda não é significativo em termos de importância no cenário internacional, uma vez que a participação brasileira nas exportações mundiais, no mesmo ano, foi de apenas 1,03%.

Em termos de distribuição das exportações entre os Estados brasileiros há uma grande disparidade estrutural. O maior Estado exportador (São Paulo) tem concentrado uma participação significativa nas vendas externas, adquirindo uma quantia de 34,8% do total do país no período de 1980-2003. Esta discrepância também se manifesta nos tipos de bens comercializados, pois enquanto algumas localidades vendem essencialmente produtos primários, outras vendem essencialmente produtos manufaturados. Devem-se destacar que, tais características podem estar ligadas às vantagens comparativas naturais ou mesmo aquelas criadas ao longo do tempo em cada um dos Estados.

No intuito de mensurar a desigualdade e concentração da pauta exportadora entre os Estados, o autor utilizou o coeficiente de Gini⁴, que pode ser utilizado para medir, por exemplo, a dispersão da distribuição de renda, consumo, riqueza. Existem duas abordagens para analisar os resultados teóricos do índice de Gini, uma é baseada na distribuição discreta, e outra na distribuição contínua.

Assim, quanto maior a desigualdade, o que ocorre quando as exportações são classificadas em apenas poucas NCMs, maior será o índice de Gini. Ou seja, se um estado exportasse, por exemplo, apenas grãos de soja, teria um índice de Gini maior do que se exportasse uma variedade de outros produtos.

Dadas as peculiaridades existentes entre as diversas regiões do país, é importante verificar se há algum padrão entre os principais estados exportadores, em relação concentração/desigualdade no que diz respeito as suas vendas externas. Dessa forma, utilizando-se o coeficiente de Gini, pode-se observar que dentre os Estados, o Espírito Santo (ES) é aquele que possui a maior desigualdade, mensurada em 0,9831 para o ano de 2003, ou seja, o Espírito Santo é o Estado cujo valor exportado está alocado a uma pauta exportadora bastante desigual.

Outro aspecto a destacar é o de que, dos 27 Estados, treze apresentaram índice de desigualdade acima do encontrado para o total do país. O Rio Grande do Sul é por sua vez o

⁴ O coeficiente de Gini é uma medida de igualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde o 0 responde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade de renda.

8º colocado em termos de desigualdade, apresentando um índice de Gini de 0,9659, comparável ao valor obtido por Minas Gerais e Amazonas. Em 2003, o Rio Grande do Sul foi o segundo maior exportador, tanto em valor quanto em número de NCMs, chegando a US\$ 8 bilhões e 3.067, respectivamente. O Amazonas, por seu turno, exportou US\$ 1,29 bilhão e 377 NCMs, sendo US\$ 620 milhões em telefones celulares, o que representa 0,3% em números de classificações e 48% em termos de valor exportado. No que diz respeito aos produtos exportados, pode-se dizer que:

O Estado do Rio Grande do Sul concentrou US\$ 3,6 bilhões (45%) em apenas 8 NCMs, o que representa 0,3% do total de classificações. Assim, mesmo que o Amazonas apresente uma maior concentração na sua pauta exportadora, a desigualdade mensurada através do índice de Gini é similar. Quanto a Minas Gerais, é possível notar que a semelhança com o RS é um pouco maior. Os mesmos 0,3% em termos de números de NCMs correspondem a seis classificações que, juntas, somam 3,7 US\$ bilhões, o que equivale a 50% do total exportado pelo Estado em 2003. (BARBOSA, MORAIS E BARCELOS, 2005, p15).

TABELA 1 – Índice de Gini das exportações brasileiras (2003)

Unidades da Federação	Índice Gini
Espírito Santo	0,9831
Goiás	0,9815
Rio de Janeiro	0,9797
Paraná	0,9754
Pará	0,9699
Mato grosso	0,9696
Minas Gerais	0,9691
Rio Grande do Sul	0,9659
Amazonas	0,9652
Santa Catarina	0,9633
São Paulo	0,9369

Fonte: Barbosa, Morais e Barcelos (2005)

De acordo com os autores, em relação à desigualdade, constatou-se que existe uma relação inversa entre desigualdade na pauta exportadora do estado e participação no total de vendas externas brasileiras no período. Na medida em que os resultados gerados apontaram para essa relação inversa entre concentração e valor exportado. Sendo assim, a junção desses fatos sugere a existência de uma relação inversa entre concentração e desigualdade na pauta exportadora brasileira em 2003.

Um outro ponto a ser destacado, no âmbito das mudanças ocorridas na economia brasileira, é o possível impacto espacialmente diferenciado do processo de abertura comercial. Isto pode ocorrer devido à existência de especificidades regionais, principalmente no que se

refere á composição da estrutura setorial, à disponibilidade de fatores produtivos, ao processo de inovação tecnológica das empresas e ao grau de interação regional.

Um maior fluxo de comércio de mercadorias entre os países, e o concomitante processo de fortalecimento dos blocos de comércio, torna-se determinante as ocorrências de mudanças nas relações comerciais. Portanto, o processo de desenvolvimento de economias periféricas, como a brasileira, está ocorrendo num ambiente de crescente integração. Devido às mudanças no contexto internacional, questões como os efeitos dessas mudanças no âmbito regional se tornam latentes. Promover o crescimento regional de forma a diminuir as disparidades ainda existentes no país e a necessidade de inserção da economia brasileira na economia mundial.

Contudo, a maior inserção da economia brasileira no contexto internacional está centrada na necessidade de um aumento da competitividade, de uma diminuição de custos e da reestruturação produtiva. Cabe destacar que esse processo pode reforçar os desequilíbrios regionais e ainda criar dificuldades de desenvolvimento em áreas consideradas dinâmicas.

Portanto, tomando como base a idéia de aumento dos fluxos de comércio como propulsor do crescimento regional, Parobelli e Haddad (2006) procuram mensurar a influência de cada estado e macrorregião sobre as exportações dos demais Estados. Tal análise foi verificada por meio do modelo de equilíbrio geral computável e para identificar o padrão de interações entre as unidades da Federação foi feito um exercício de simulação que consistia na variação das exportações internacionais por setor (agricultura e indústria) e por destino (Mercosul, União Européia e Nafta).

Com relação aos resultados, nas simulações com o setor industrial, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram uma estrutura de interações intra-regional muito incipiente, ou seja, a contribuição das demais unidades da Federação pertencentes a tais regiões se situa abaixo da média nacional. Contudo, é possível perceber a importância das unidades de Federação localizadas no Sudeste, no Sul, e no Estado da Bahia, tanto fluxos inter-regionais como intra-regionais. Portanto, o direcionamento dos fluxos de exportações regionais é na direção das regiões anteriormente mencionadas.

As mudanças na política econômica sintonizadas com o processo de globalização da economia mundial, no sentido de abertura externa da economia brasileira, tiveram efeitos regionais diferenciados. Em primeiro lugar, dada à dimensão territorial e populacional e produtiva, o país não poderia alcançar os níveis de abertura e integração comercial de forma semelhante aos países de menor dimensão, como os países europeus, por exemplo. Assim

sendo, o crescimento da economia brasileira, consideradas essas condições estruturais estarão, necessariamente, articuladas com o mercado interno.

Em segundo lugar, a mudança na política comercial externa, em que pesem considerações anteriores, poderá reforçar a reconcentração relativa da produção industrial na área mais industrializada do país. Em melhores condições de ganho de eficiência e capacidade de competição no mercado internacional. Isto porque parte considerável das exportações brasileiras se origina na região Centro-Sul do país. A abertura externa e a integração do mercado contribuíram para reforçar a especialização regional, a exemplo do setor de calçados no Rio Grande do Sul.

Em suma, durante a abertura comercial houve o crescimento acelerado das importações em detrimento de uma evolução lenta nas exportações, com relação aos efeitos regionais acarretou no aumento da especialização produtiva em determinadas regiões, especialmente no Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 2 - AS EXPORTAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul ocupa papel de destaque no cenário exportador brasileiro, o Estado está entre os três maiores exportadores do país somente abaixo de São Paulo e Minas Gerais. As exportações gaúchas são caracterizadas por produtos básicos, chamados de *commodities* (como a soja, fumo e complexo carnes) e também em produtos manufaturados de baixo valor agregado como os calçados. O Rio Grande do Sul é caracterizado como um dos principais estados captadores de divisas para o país. Neste capítulo será analisada a evolução das exportações do Rio Grande do Sul, bem como o perfil da pauta exportadora do Estado e sua participação nas exportações brasileiras e em seguida serão apresentados os principais mercados de destino das exportações gaúchas.

2.1 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS

Fazendo uma análise da pauta de exportações após a abertura comercial é demonstrado que, no início da década de 90, a participação dos manufaturados sobre o total exportado pelo Estado vinha em constante elevação (VASCONCELOS, 2001), fato atribuído principalmente à formação do Mercosul e também a maiores liberações tarifárias e não tarifárias dentro do bloco, que já estavam vigentes nesse período, elevando bastante as vendas para a região.

Entretanto, os produtos manufaturados exportados pelo RS perderam participação nas exportações gaúchas (BELLO, 2004), principalmente devido à política de valorização cambial imposta com o Plano Real. Juntamente, elevou-se a representatividade dos produtos básicos, não só porque os preços internacionais se encontravam em alta, mas também pelos efeitos da Lei Kandir⁵. Assim a época, para muitos estudiosos na área, estaria havendo um retrocesso na pauta exportadora gaúcha.

Já na segunda metade da década, novamente se observou um incremento na participação dos manufaturados, devido a uma série de fatores. Em 1998, à valorização cambial no país somaram-se reflexos da crise asiática, desencadeada em meados de 1997. Ou seja, aos problemas na rentabilidade da oferta somaram-se problemas na demanda externa, com preços internacionais de *commodities* despencando. E, como maior parte da produção da

⁵ Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, desonerou do pagamento do ICMS as exportações de produtos industrializados semi-acabados e produtos primários e, permitiu o aproveitamento de créditos do imposto referente à compra de bens de capital, fornecimento de energia elétrica, e serviços de comunicações.

safr gaúcha é exportada ainda no primeiro semestre do ano, os efeitos da crise asiática sobre as vendas externas dos produtos básicos só foram sentidos no ano seguinte ao colapso, na verdade nesse ano, houve uma queda generalizada das exportações do Estado, já que os manufaturados se contraíram com a política cambial praticada.

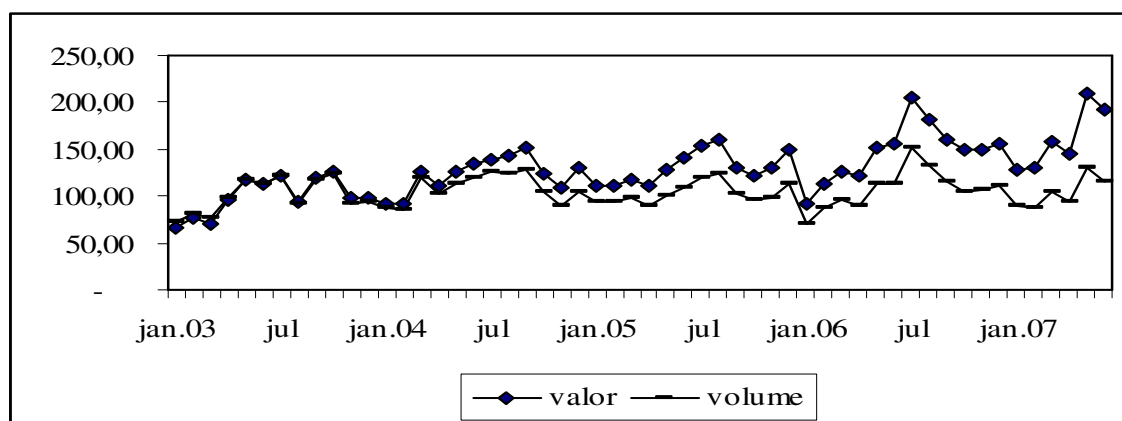


Gráfico 1 - Índice de valor e volume das exportações do RS 2003-07 (Base 2003=100)
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Mesmo com a desvalorização cambial em 1999, a retração nas exportações do Estado ainda se manteve. Mas como a queda nas receitas com os básicos foi maior que o decréscimo nas vendas de manufaturados, estes acabaram por recuperar participação. Em 1999, a redução nas exportações de manufaturados foi atribuída principalmente à queda de preços, pois diante da mudança no câmbio, os importadores forçaram um rebaixamento dos preços em dólares, apropriando-se de uma parcela dos ganhos dos exportadores.

Mas, desde meados de 2001 até os anos mais recentes, a representatividade dos manufaturados novamente vem caindo. De início, o fato pode ser explicado pelo aumento nas exportações de produtos básicos e pela retração nas vendas de manufaturados, prejudicados pela crise Argentina, embora o Estado tivesse partido, com sucesso, para a diversificação de mercados. Já a partir de 2003, o aumento nas exportações de básicos pode ser atribuído não somente ao aumento nas quantidades exportadas, como já vinha ocorrendo, mas também à elevação nos seus preços, observada nos últimos dois anos.

Com isso, a representatividade dos produtos manufaturados nas exportações do RS, vem ao longo do período apresentando um declínio, apesar da retomada de vendas para a Argentina, um dos seus principais mercados. Concluindo, pode se afirmar que, desde o início do processo de abertura comercial nos anos 90 até os dias atuais, o RS não conseguiu alterar

sobremaneira seu perfil exportador. Embora não tenha se transformado em mero vendedor de produtos básicos, também não logrou aumentar, de modo significativo, sua participação de manufaturados na pauta, como esperavam alguns especialistas do processo de abertura econômica do país.

2.2 PERFIL E INSERÇÃO REGRESSIVA NA PAUTA EXPORTADORA GAÚCHA

Mesmo havendo um crescimento da produtividade industrial maior do que a produtividade agrícola, o fato é que os produtos agrícolas brasileiros mostraram uma nítida tendência de aumento da competitividade internacional ao longo dos anos. A participação do Brasil no comércio mundial de produtos agrícolas aumentou consideravelmente. Por outro lado, os produtos manufaturados mostraram uma tendência de aumento na primeira metade da década de 1990, mas uma queda ao longo da segunda metade da década.

Conforme o que foi dito anteriormente, a suposta reprimarização da economia brasileira, particularmente a gaúcha, pode ser vista de dois aspectos: o primeiro reflete a perda de competitividade internacional de produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados; e o segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com maior participação relativa dos produtos agrícolas, e a menor participação dos manufaturados.

Autores como Benetti (2006), argumentam que pode haver uma controvérsia na questão da natureza da inserção externa da economia brasileira no mercado mundial e sua consonância em termos do processo de industrialização. A autora fala que, essa fase poderia ser caracterizada como uma reprimarização da economia e coincidiria com a de recomodização da pauta de exportação brasileira.

Compartilhando com o mesmo ponto de vista de outros autores, Benetti exemplifica que, não haveria um substancial progresso nas relações comerciais do Brasil com o exterior, a exemplo da importância crescente de *commodities* agrícolas e minerais e a evolução das exportações brasileiras, acentua ainda mais a contribuição do agronegócio para a formação de saldos da balança comercial brasileira.

Segundo a autora, o pressuposto partiu de que a liberalização seria positiva, se a pauta exportadora evoluísse nos anos subseqüentes à abertura, de forma a configurar estruturas nas quais ganhassem importância relativa os produtos de maior valor agregado, ou seja, os manufaturados. Dessa forma, a autora constatou que na fase de liberalização do comércio e de

integração da economia brasileira à mundial, não houve alterações na estrutura desse comércio em benefício dos produtos manufaturados. Em detrimento disso, acabaram-se mantendo crescentes as vendas externas associadas às atividades extrativas agrícolas e minerais (agropecuária e siderurgia) e também de produtos de baixo grau de transformação industrial, como calçados.

Isto leva a crer, que a dinâmica do comércio exterior após abertura comercial não conduziu ao aumento de importância das manufaturas, de maior valor agregado nas exportações brasileiras. E, esta tendência, não colocaria o país num sentido adequado que permitiria transformar-se em um centro de referência de processamento de matérias-primas agrícolas e minerais em âmbito nacional. Com efeito, ao reproduzir essa dinâmica em um horizonte de médio prazo, a economia brasileira poderia consolidar como provedora de matérias-primas na divisão internacional do trabalho, na fase atual de globalização dos mercados.

Com relação às exportações gaúchas, embora tenha ocorrido uma importante diversificação na sua pauta, ainda exhibe uma grande concentração nas vendas de produtos do complexo soja, fumo, couros, calçados e carnes. A forte dependência do comércio exportador do RS, em relação a uns poucos complexos produtivos e a exportações relativamente densas em valor (fumo, calçados e aves) o tornam sensíveis a variações das condições de produção e de mercado no curto prazo, mas é possível antever problemas também de sustentabilidade do crescimento do comércio exportador baseado no padrão histórico de crescimento. Como o esgotamento da fronteira agrícola devido a expansão agropecuária, concorrência crescente da agropecuária em relação a outras áreas como a dos cerrados ao norte e no centro do país, escaladas de produção incompatíveis com a produção de *commodities*, repetidos fatores climáticos adversos a prejudicar a lavoura temporária, anúncios recentes sobre realocação de plantas industriais de soja, fumo e calçados em países emergentes, tudo isso aponta o esgotamento do padrão atual de crescimento do comércio exportador.

Uma das alternativas apontadas para a expansão do setor, no longo prazo, passaria pela “descommoditização”, isto é, pela introdução de produtos de maior valor adicionado na pauta exportadora, pela diversificação da pauta de exportações em termos de produtos e destino geográfico das vendas e, finalmente, pela questão mais complexa e importante, a busca da inserção do Estado na economia internacional, apoiada crescentemente em vantagens competitivas, ou seja, em exportações de mais alto conteúdo tecnológico.

O desempenho das exportações de manufaturados parece depender das condições pelo lado da oferta, fundamentalmente, da capacidade produtiva e da rentabilidade do comércio

exterior, as exportações de produtos agrícolas, por seu turno, parecem mais influenciadas por variáveis exógenas pelo lado da demanda, a saber, o nível de renda mundial e os preços internacionais.

A perda de dinamismo das exportações de manufaturados pode ser atribuída, principalmente a variáveis como taxa de câmbio e taxa de investimento. A rentabilidade das exportações depende dos preços em dólares dos produtos brasileiros, do custo de exportação e da taxa de câmbio.

Os preços externos também podem ter um impacto importante sobre a competitividade internacional. A questão reside na relação entre a evolução dos preços recebidos pelos produtores brasileiros e os preços recebidos pelos competidores no mercado internacional. No que diz respeito aos produtos manufaturados, por exemplo, as evidências indicam que não houve deterioração dos preços dos produtos manufaturados exportados pelo país e pelo RS, relativamente aos preços recebidos pelos competidores. Isso remete que a perda de competitividade internacional, do Brasil e do Estado no mercado mundial de manufaturados, se deve à evolução desfavorável das quantidades exportadas.

As exportações de produtos agrícolas vêm acumulando saldos comerciais maiores que o saldo total do Estado, confirmando o RS como uma região caracteristicamente exportadora de produtos agrícolas. Ou seja, são as exportações do agronegócio gaúcho que sustentam o saldo comercial positivo do Estado.

A participação do agronegócio nas exportações gaúchas poderia ser ainda maior, se não fossem as inúmeras barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos agrícolas em todo o mundo, especialmente as *commodities* tradicionais. A agropecuária é o setor mais protegido na maioria dos países, e as barreiras dão-se através de tarifas elevadas, subsídios domésticos e de exportação, cotas de importação e restrições técnicas, sanitárias e fitossanitárias (Bello, 2004), sendo raras as oportunidades de se promoverem alterações concretas nessas barreiras.

Podemos observar que em 2006, por exemplo, houve um pequeno incremento na ordem de 3,9% nas exportações gaúchas com relação aos 12 meses anteriores. O reduzido crescimento deve-se a vários fatores, dentre eles: problemas climáticos com a quebra da safra de produtos agrícolas; desaceleração dos preços das principais *commodities* agrícolas transacionadas pelo RS; e valorização do real. Este último, apesar de afetar todos os produtos, tem efeito mais intenso em mercadorias intensivas em mão-de-obra e que pouco usa insumos importados, que de modo geral, caracterizam a pauta gaúcha, como complexo soja, couros e calçados dentre outras (TERUCHKIN, 2006). Essa situação tem exigido dos empresários um

esforço significativo para aumentar tanto a sua competitividade, via redução dos custos, quanto à exploração de novos nichos e/ou a penetração de novos mercados.

2.3 PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Com relação à pauta exportadora gaúcha, os produtos manufaturados, ao longo do tempo, perderam espaço e, em 2003 registrou a sua menor participação. Assim, perceberam-se percentuais similares ao registrados em 1990. O possível aumento da representatividade das manufaturas no total exportado ainda não foi pior devido à formação do Mercosul, uma vez que nesse período ocorreram as maiores liberalizações tarifárias e não-tarifárias dentro do bloco.

Esta situação de aumento do fluxo de comércio intra-Mercosul de produtos industrializados intensivos em capital é salientada por Vasconcelos (2001). De acordo com o autor, este padrão de fluxo de comércio intra-bloco observado contraria os preceitos da vantagem comparativa de Ricardo⁶, o qual pressupõe que um país que tenha como fatores abundantes mão-de-obra e recursos naturais deve, com relação ao mercado mundial, exportar produtos intensivos nesses fatores.

Os países integrantes deste acordo de comércio por possuírem maior dotação do fator trabalho em relação ao capital, tem vantagens comparativas em produtos intensivos em trabalho. Então, o resultado esperado seria que o aumento do fluxo de comércio ocorresse, com maior intensidade em produtos intensivos em trabalho e não em produtos intensivos em capital.

O aumento significativo do comércio exterior, juntamente com mudanças estruturais, facilitou a obtenção de crédito externo e um melhor acesso ao mercado internacional. Elevando rapidamente o nível de investimento, e promovendo também a retomada do crescimento e o esgotamento da capacidade ociosa.

Desse modo, as exportações têm demonstrado ser importante fonte de crescimento da economia brasileira, especialmente as exportações gaúchas, tornando-se mais relevante ainda em períodos de contração ou de baixo crescimento da demanda interna brasileira (TABELA 2.1). Nesses períodos, as empresas buscam direcionar uma maior parcela da produção para o mercado externo, objetivando um aumento na receita e da rentabilidade de suas operações.

⁶ A Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo consiste que um determinado país deve se concentrar na produção de bens que tenha o menor custo relativo de produção.

Com efeito, em períodos de contração da economia mundial como a crise da Ásia, os preços de *commodities* despencaram, mesmo que de início o câmbio estivesse favorável aos exportadores, o preço dessas mercadorias, geralmente cotado em bolsas, encontravam-se em baixa. O mundo estava com a demanda retraída, excluindo o mercado americano.

A América Latina, um dos principais mercados brasileiros de produtos, principalmente os manufaturados, também estava inserida nesse contexto de retração econômica. Os importadores de produtos brasileiros manufaturados diante da desvalorização do Real forçaram um rebaixamento dos preços das mercadorias em dólares. Dessa forma, os importadores de produtos brasileiros reteram uma parcela significativa de ganhos dos exportadores brasileiros, tanto no Brasil quanto no RS. E, como o RS destaca-se no contexto nacional como um grande exportador de calçados, máquinas e tratores o Estado foi penalizado com esse rebaixamento de preços.

TABELA 2 – Participação do RS e de outros Estados no total exportado (2003-2006)

Estado	Valor (US\$ FOB)			
	2003	2004	2005	2006
São Paulo	2.514.847.205	31.038.788.223	38.007.692.592	46.146.926.036
Rio Grande do Sul	8.013.263.165	9.878.602.143	10.453.684.362	11.802.078.723
Minas Gerais	631.972.826	9.997.170.144	13.500.887.041	15.658.215.268
Paraná	554.477.432	9.396.534.183	10.022.668.933	10.016.337.731
Rio de Janeiro	471.516.415	7.025.189.314	8.191.295.242	11.484.831.296
Brasil	73.084.139.518	96.475.244.310	118.308.113	137.807.469.531

Fonte: FEE (2006)

Considerando que, apesar da modernidade proporcionada pelo aumento das relações internacionais ter proporcionado uma relativa modernização no parque produtivo, essa ainda não foi suficiente para que fosse motivo de tão significativa redução de custos a qual pudesse influenciar queda substancial nos preços. Então, os ganhos de competitividade trouxeram, embutidos uma perda ainda maior nas relações de troca do Brasil com o resto do mundo a partir de 1999.

Mas, o que realmente chama atenção quando falamos de exportações gaúchas no contexto brasileiro é que as quantidades exportadas pelo Brasil se mantiveram crescentes mesmo quando, os preços das exportações estivessem em queda. Nesse sentido, o aumento

das receitas de exportação ocorreu não por causa de elevações nos preços dos produtos brasileiros exportáveis, mas devido ao aumento na quantidade exportada desses bens.

Como já foi visto no capítulo anterior, constata-se uma menor participação nas exportações gaúchas dos produtos manufaturados em detrimento de uma maior participação dos produtos básicos. Da mesma forma, tanto para o Brasil como para o RS, houve um aumento substancial nas exportações de produtos manufaturados em 2000, devido ao aumento nas quantidades exportadas, ainda sob o efeito da desvalorização cambial de 1999.

No entanto, a partir de 2001, a participação dos produtos básicos exportados pelo RS, aumentou novamente retornando a níveis do início da década de 90, já que com a crise Argentina, houve uma diminuição de suas importações, uma vez que na pauta exportadora daquele país os manufaturados têm papel de destaque. Também, a exemplo do ocorrido com o Brasil o aumento da participação dos produtos básicos no RS deveu-se também aos aumentos nas quantidades exportadas, já que seus preços se encontravam em baixa elevando-se, no entanto, a partir de 2003.

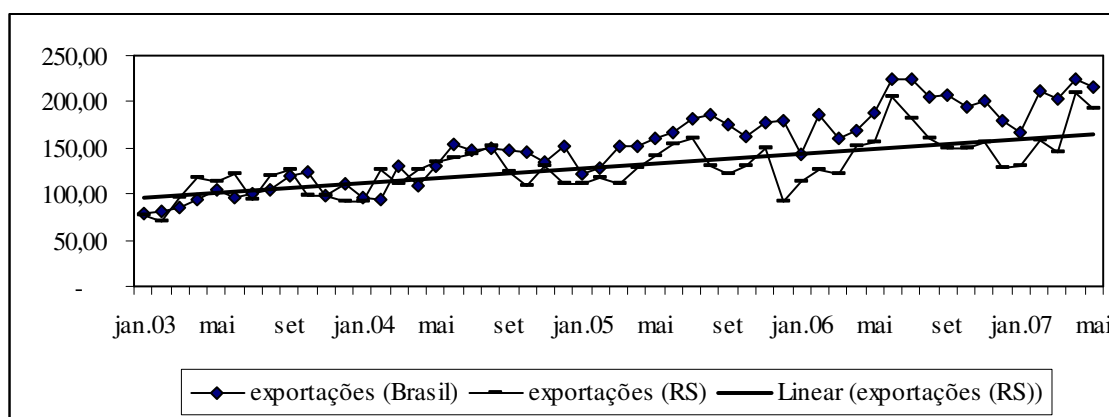


Gráfico 2 – Evolução das exportações do Brasil e do RS, 2003-07 (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Com efeito, no que tange a participação dos produtos exportados pelo RS, para o comércio exterior, estudos que avaliam a análise da ameaça externa aos produtos exportados pelo RS, têm tido bastante importância.

Produtos como os das cadeias de grãos, carne, couros e calçados estariam ameaçados especialmente pela concorrência da Argentina, do Centro-Oeste e do Nordeste do Brasil. Nestas atividades, o RS atua em padrões de competição, onde o sucesso competitivo é dado através de determinadas características de recursos naturais, abundância de mão-de-obra de

baixo custo, e as grandes escalas de produção. A perspectiva de que a expansão destas atividades no Brasil ocorra predominantemente nas regiões de fronteira, onde existem recursos naturais e mão-de-obra de forma abundante, tem se revelado um aspecto negativo no que tange ao desenvolvimento do Estado, dada a importância do complexo agroindustrial na estrutura da renda e do emprego no RS.

Dessa forma, o acirramento da concorrência, a tendência de quedas dos obstáculos naturais ao comércio interno, devido a expansão e melhoria de infra-estrutura, e a necessidade de produzir em grandes escalas em relação aos produtos tradicionais (*commodities*), indicam a necessidade do RS empreender no sentido de diversificar suas exportações, diminuindo a participação de produtos mais intensivos em recursos naturais e de baixa qualificação profissional e aumentando a participação de produtos mais intensivos que agreguem conteúdo tecnológico e mercadológico (LIMA et al., 2004).

Contudo, um esforço no sentido da diversificação da pauta exportadora gaúcha em direção a setores que agreguem valor tecnológico e mercadológico, tem no mercado internacional as referências naturais e a consecução de seus objetivos: o objetivo final de ser fonte de demanda para a realização de uma nova produção; e o objetivo-meio que seria acelerar o processo de capacitação produtiva da economia estadual, sendo que o comércio internacional seria uma fonte de aceleração do aprendizado em decorrência do contato com consumidores e mercados mais exigentes, mais competitivos e dinâmicos.

Dessa forma, a escassez de recursos naturais e de mão-de-obra de baixo preço, e a abundância relativa de pequenas empresas, são fatores que exigem a descomotização e a diversificação da pauta produtiva e de exportações do RS, em direção às atividades intensivas em valor tecnológico, mercadológico e em serviços.

Conseqüentemente, o desenvolvimento futuro da economia gaúcha seria um tanto promissor quanto, maior for a sua capacidade de conseguir transitar de uma matriz produtiva estruturada a partir da disponibilidade de recursos naturais, para uma economia fundada em vantagens competitivas passíveis de serem criadas.

Mas, para que se dê um impulso no sentido de alavancar o desenvolvimento de novas vantagens comparativas, os esforços dos gestores públicos devem se dar no sentido de identificar grupos de produtos, que poderiam se tornar alvos de uma política de promoção de exportações, a ser desenvolvida conjuntamente pelos governos federal, e estadual em parcerias com associações ligadas à indústria, comércio e serviços do RS.

E, no cumprimento de tais tarefas, seriam necessários os seguintes questionamentos: quais os fatores que explicam o crescimento recente das exportações gaúchas; quais os grupos

de produtos e de empresas-alvo capazes de alterar a padrão de exportação do RS; e quais as diretrizes para um programa de promoção de exportações capaz de elevar significativamente o volume das vendas externas de grupos de produtos-alvo.

A promoção das exportações estaduais pode ocorrer devido à combinação de quatro fatores: crescimento da demanda mundial; modificações estruturais da demanda mundial em direção mais próxima dos produtos em que o Estado é especializado; mudança no perfil geográfico das importações mundiais, com os mercados no qual o Estado concentra suas exportações, crescendo a taxas mais elevadas que a média mundial; e alterações nos preços relativos e/ou em outros fatores que elevem a capacidade competitiva do Estado. Contudo, os três primeiros fatores dizem respeito ao lado da demanda mundial, enquanto o último está associado a efeitos combinados da demanda e da oferta doméstica de exportações.

De qualquer forma, o processo de diversificação da pauta exportadora do Estado já é uma decorrência natural das transformações de sua estrutura econômica. Os dados, entretanto, indicam a existência de espaços para que uma política de promoção de exportações imprima maior velocidade a este processo. Em uma economia aberta à concorrência internacional, a estrutura de vantagens comparativas é, a um só tempo, condicionante e objetivo de uma política que busque diversificar as exportações.

2.4 DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO RS

Com respeito aos mercados de destinos das exportações do RS, é constatado que houve uma significativa diversificação desses mercados. Essa diversificação ocorreu, principalmente, junto aos países em desenvolvimento, assim nos últimos anos, tomaram impulso às vendas para a China, Rússia, Índia, México, Irã e África do Sul. Desde a mudança da política cambial, tem sido observada uma diminuição na participação dos países de economias avançadas nas exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que tem aumentado a importância dos países em desenvolvimento e dos chamados “países de transição” (do Leste Europeu e da ex-União Soviética).

Embora a diversificação de mercados seja recomendável, vale destacar que, por se constituir de países em desenvolvimento, essa expansão tem uma dimensão conjuntural que pode limitar o crescimento das vendas para esses novos mercados. Isto porque, em alguns casos, após a conquista de espaços até então não ocupados, as taxas de expansão para esses novos mercados podem se tornar vegetativas, dado o tamanho limitado de sua capacidade de

absorção de mercadorias vindas do exterior. Além disso, a sustentabilidade de suas taxas de crescimento tem dinâmica econômica mais instável que os desenvolvidos. Entretanto, mesmo que alertando para esses riscos, as vantagens da diversificação dos mercados superam as duas desvantagens.

De forma semelhante do que ocorreu com o país, o Rio Grande do Sul não só tem uma pauta de exportação bastante diversificada como, nos últimos anos, também tem ampliado os mercados para seus produtos (TABELA 3), direcionando parte de suas vendas para países em desenvolvimento e para países em transição com destaque para a China e Irã.

Uma tendência observada em relação às exportações gaúchas é que, o aumento significativo das taxas de crescimento das vendas para o bloco das Américas, é superior às nacionais desde a implantação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Rio Grande do Sul pode estar a caminho de uma regionalização de suas exportações em velocidade maior do que a verificada no país, (PINTO, 2001). Especialmente em direção ao bloco. Já que nos últimos anos, para os demais blocos (ALADI) e para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), não houve crescimento da participação das vendas gaúchas (TABELA 4).

Nos aspectos dos benefícios que poderiam ser proporcionados pelo Mercosul, é advinda na forma da chamada criação de comércio⁷ (*trade creation*), a qual é proporcionada pelo aumento do consumo que se verifica em decorrência da eliminação, total ou parcial, das tarifas de importação no comércio entre os países membros. Em relação á expansão de consumo, ocorre também um incremento de renda real, graças à realocação da produção na área integrada, o aprofundamento da especialização produtiva entre os países libera recursos produtivos que até então eram utilizados de forma menos eficiente, ou seja, a ampliação do comércio e da conseqüente especialização permite aos parceiros do processo que se exporte a eficiência interna e se substitua, internamente, a ineficiência por importações.

Com relação à importância do bloco para as exportações gaúchas, Pinto (2001, p.85) analisa que:

O exame do comércio intra-bloco mostra uma verdadeira explosão no crescimento das exportações com o advento da integração. As exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul para o Mercosul cresceram, no período de 1990-99, a taxas anuais médias de, respectivamente 20,2% e 22,9%. Em contrapartida, as exportações brasileiras e gaúchas para fora do bloco apresentaram taxas de crescimento de respectivamente, 3,6% e 2,5% no período analisado.

⁷ A criação de comércio é verificada quando ocorre o aumento das importações dos países do bloco, em virtude da redução do nível global de proteção.

TABELA 3 - Principais Países de Destino do Rio Grande do Sul - 2005/06

Países	2006 (jan/dez) US\$ FOB	Part%	2005 (jan/dez) US\$ FOB	Part%	Var% 2006/05
01 Estados Unidos	1.757.457.413	14,93	1.903.631.348	18,21	-14,68
02 Argentina	1.009.112.909	9,33	1.065.514.101	10,19	3,15
03 China	760.787.436	6,46	527.493.634	10,19	44,23
04 Rússia	750.355.835	6,37	302.986.081	2090	147,65
05 Chile	406.520.655	3,45	413.066.583	3,95	-1,58
06 Alemanha	380.263.939	3,32	356.861.642	3,41	6,56
07 Paraguai	338.465.351	2,87	20.736.748	1,95	66,13
08 Reino Unido	323.349.486	2,75	337.896.406	3,23	-4,31
09 Países Baixos (Holanda)	302.754.898	2,57	246.545.800	2,36	22,80
10 Irã	302.115.020	2,57	149.254.057	1,43	102,42

Fonte: MDIC/Secex (DEPLA) (2006).

TABELA 4 - Principais Blocos Econômicos de Destino do Rio Grande do Sul - 2005/06

Principais Blocos Econômicos	2006 (jan/dez) US\$ FOB	Part%	2005 (jan/dez) US\$ FOB	Part%	Var% 2006/05
01 União Européia – UE	2.144.760.945	18,22	1.921.836.693	18,38	11,60
02 Ásia (inclusive Oriente Médio)	1.854.380.037	15,75	1.630.094.900	15,59	13,76
03 Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1.775.771.867	15,08	1.993.650.034	18,50	-8,16
04 Mercado Comum do Sul – Mercosul	1.650.914.420	14,20	1.457.980.977	13,95	13,23
05 ALADI	1.244.183.816	10,57	1.175.031.264	11,24	5,89
06 Demais Blocos	3.104.400.708	26,37	2.225.090.494	22,34	32,95

Fonte: MDIC/Secex (DEPLA) (2006).

A respeito dos mercados de destino das exportações gaúchas, os Estados Unidos (inclusive Porto Rico) e a União Européia, destacaram-se como os principais destinos das exportações gaúchas por blocos de países, absorvendo, cada um, 18,7% das vendas do Estado para o exterior. Destacam-se, também, a Ásia (exclusive Oriente Médio) com participação de 14,6%, o Mercosul (14,0%) e a ALADI (exclusive Mercosul), 11,4% (BELLO e TERUCKIN, 2006).

As vendas do Estado para a União Européia abrangem principalmente: o fumo, carne de frango, móveis de madeira, colheitadeiras e pneus de motocicleta. Já para os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), as exportações predominam as vendas de calçados, fumo, tratores e suas partes, produtos químicos orgânicos, couro, produtos do couro, móveis de madeira, borracha, espingardas e madeira.

Devem-se destacar as vendas do RS para a América Latina, sobretudo, para o Chile, Uruguai, Bolívia, Paraguai, México e Argentina. Os principais produtos exportados para a ALADI (exclusive o Mercosul) foram: tratores e suas partes, polietileno, carrocerias, colheitadeiras e automóveis. Já para o Mercosul, os produtos mais vendidos pelo RS foram: máquinas agrícolas e suas partes, colheitadeiras, ceiferas-debulhadoras, óleo diesel, plásticos, carnes suínas, fibras sintéticas, calçados de borracha ou plástico.

Para a Ásia (exclusive Oriente Médio), as vendas do RS são predominantemente destinadas para China e para o Japão, os mais importantes parceiros naquela região. Para a Ásia predominam as vendas de produtos básicos, como fumo em folhas, carne de frango, torta de soja e soja em grão, e de semimanufaturados, como óleo de soja em bruto, celulose e madeira serrada.

2.5 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO RS

Assim como ocorre com a pauta exportadora do Brasil, na pauta exportadora do RS também predominam produtos da agropecuária e da agroindústria, embora é observado que, recentemente, mostre um crescimento razoável nas exportações de plásticos, tratores e outras máquinas agrícolas, motores, carrocerias, partes e acessórios de veículos.

O setor calçadista, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, embora ainda seja o carro-chefe das exportações gaúchas, tem mostrado uma desaceleração em suas vendas, nos últimos tempos. Tal desaceleração, além da concorrência de outros países, onde os salários praticados são menores, também esteve ligado a outros fatores como a apreciação do real frente ao dólar, que teve efeito direto nas vendas para os Estados Unidos, um dos principais mercados para o calçado gaúcho, e a concorrência dos calçados chineses no mercado norte-americano, também prejudicou a venda do produto gaúcho.

Outra circunstância que tem afetado negativamente as exportações de calçados é o deslocamento de empresas calçadistas do Estado para o Nordeste, principalmente para o Ceará, atraídos pela mão-de-obra barata e pelos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelos estados nordestinos.

O setor calçadista e o fumo são os produtos gaúchos que apresentam melhor desempenho exportador. As exportações de fumo, que apresentaram ao longo da década de 90 altas taxas de aumento, foram prejudicadas pelo excesso de oferta e pela pressão dos importadores após a desvalorização cambial de 1999. Mas, é verificado que este setor vem

apresentando nos últimos tempos evolução favorável, graças ao aumento das vendas para a China e ao surgimento de novos países importadores do Leste Europeu e na Ásia, e a diminuição na oferta mundial.

Já as exportações do complexo soja, embora sempre importantes na pauta exportadora do RS, elevaram-se substancialmente a partir de 1997 em decorrência da Lei Kandir, que reduziu os custos para os exportadores, embora o farelo e o óleo de soja sempre tenham encontrado barreiras externas à sua exportação. O preço internacional caiu ao longo da década de 90, e as exportações do complexo soja tiveram uma redução. Entretanto, a soja e seus derivados recuperaram-se nos últimos anos, devido principalmente à evolução favorável no que se refere à alta nos preços dos produtos básicos, assim como pelo aumento das vendas para o mercado chinês.

No segmento de carnes (de aves, bovina e suína), o destaque sempre esteve com a carne de frango, cujo desempenho ficou prejudicado a partir de 1997, com a crise asiática, já que com a desvalorização das moedas asiáticas, os preços dos produtos originários da Tailândia ficaram mais atrativos tendo em vista a valorização cambial existente no Brasil, nessa época.

Mesmo após a desvalorização do real e a recuperação da economia asiática, a carne de aves continua encontrando dificuldades nos mercados externos, devido aos elevados subsídios às exportações de frango concedido pelos EUA, e pela União Européia, e a saída encontrada tem sido a busca de novos mercados como a Rússia.

Em síntese, sendo o RS um dos principais estados exportadores do país, a evolução das exportações gaúchas é caracterizada pela crescente participação dos produtos básicos em detrimento de um declínio nas exportações dos produtos manufaturados, foi constatado também no período analisado que houve uma diversificação nos mercados de destino desses produtos, mas mesmo havendo um aumento na participação dos produtos básicos, o Estado não se transformou em mero vendedor de produtos primários.

CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO DO VALOR E DO VOLUME EXPORTADO PELO RS

A seguir serão apresentados os principais setores exportadores do RS, bem como a evolução do valor e volume exportado mensal dos produtos que têm maior representatividade na pauta exportadora gaúcha durante o período de 2003 a 2007⁸. A partir dessa análise serão classificados os produtos de acordo com a sua evolução da participação e do crescimento na pauta exportadora do Estado. Os produtos foram nomeados de acordo com os capítulos mais importantes da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), comercializados no exterior pelo RS. Com relação à fonte dos dados coletados, estes foram extraídos da Fundação de Economia e Estatística (FEE), bem como as tabelas contidas em anexo.

Em 2003, as exportações do Rio Grande do Sul aumentaram 32,6% em relação ao ano de 2002. Destacaram-se as vendas para a China, com crescimento de quase 270%, passando sua participação no total exportado pelo Estado de 2,5% para 6,9%. De igual forma, a Argentina incrementou fortemente suas compras de produtos gaúchos no período, registrando um acréscimo de 215% e aumentando sua participação de 2,7% para 6,5% (FEE, 2003).

Entretanto, a pauta de exportações difere para esses dois países, Bello (2003, p.7) argumenta que: “Enquanto chineses compram, particularmente produtos básicos e semimanufaturados, os argentinos adquirem produtos industrializados”.

A prioridade dos exportadores gaúchos em 2004, foi a diversificação dos mercados que, em boa parte, deveu-se ao aumento da produção agrícola interna, fato que levou os empresários a intensificarem a busca e/ou ampliação de novos mercados externos, tendo em vista o protecionismo agrícola existente nas nações mais desenvolvidas. Por decorrência, as exportações gaúchas para os países desenvolvidos apresentaram uma taxa de crescimento inferior às das vendas para os países em desenvolvimento. Também contribuíram para a ampliação de mercados, os problemas internos em economias de vários parceiros, em especial do Mercosul. Essa diversificação reduziu os efeitos das crises, localizadas em tradicionais parceiros comerciais do Estado.

De acordo com os analistas, o ano de 2005 não foi um período fácil para os exportadores gaúchos, a quebra da safra agrícola, em decorrência da forte estiagem que afetou o Estado, pode ser apontada como a principal causa dos fracos resultados das exportações do

⁸ A autora agradece as sugestões e os comentários feitos pelo Prof. Dr. Flávio Tosi Feijó (FURG), que foram de grande importância para o desenvolvimento da análise.

RS. A queda do dólar e a limitação aos créditos de exportação também colaboraram fortemente para esse resultado.

Embora, o preço das exportações gaúchas, tenha-se elevado em 12,2% ao longo do ano, o volume exportado caiu 6,4%, isto é, o aumento das exportações do RS resultou da alta dos preços, e o desempenho negativo das quantidades físicas decorreu, do decréscimo do volume exportado pela agropecuária, com destaque para o fraco desempenho da soja em grão (FEE, 2006).

Além da estiagem, da baixa cotação do câmbio e das limitações aos créditos de exportação, os exportadores gaúchos também enfrentaram dificuldades, decorrentes das ameaças feitas pela Argentina de restrição às importações. Dentre eles, os mais afetados foram os calçadistas.

Diferentemente de 2005, quando se registrou uma forte queda da safra agrícola, devido à estiagem, em 2006 os prejuízos decorrentes das condições climáticas ficaram reduzidos a algumas áreas do Estado, e perderam o caráter dramático observado no ano anterior. Porém, a continuada valorização cambial afetou as exportações do RS de modo mais sério, levando em conta que o perfil das vendas externas do Estado, com grande intensidade no uso do fator trabalho, e uma menor dependência de insumos importados, como são o caso dos setores de calçados e de móveis, onde parcela substancial do custo de produção não está atrelada ao dólar.

Em suma, embora o câmbio já tenha se valorizado desde 2004, em 2006 essa valorização acentuou-se dificultando, com isso, o desempenho das exportações gaúchas, que somente apresentou bons resultados devido à recuperação nas vendas da soja (grãos e óleo), das carnes (suína e bovina), dentre os principais produtos exportados pelo RS.

3.1 CALÇADOS

O capítulo 64 da NCM manteve-se na liderança das exportações gaúchas em 2003, observa-se que em 2004 houve uma queda na ordem 6,78% na quantidade exportada e um crescimento de 13,54% no valor exportado (GRÁFICO 3), indicando que a melhoria do preço médio, contribuiu para as exportações desse setor. Mas os efeitos da concorrência com a China vem ampliando as dificuldades encontradas pelos fabricantes gaúchos, que estão perdendo espaço, sobretudo no seguimento de calçados de preços mais baixos. A evolução desse setor em 2005 foi semelhante á verificada no ano anterior, os preços continuaram

favoráveis, mas houve uma queda brusca no volume exportado de calçados nesse ano 19,92 % (GRAFICO 3).

A grande concorrência, em especial dos calçados chineses, em mercados de preço mais baixo, aliada á problemas cambiais, tem dificultado as exportações e as vendas no mercado interno. Uma das graves conseqüências de todos esses acontecimentos é o fechamento de fábricas em todo o Estado, e diante das dificuldades, algumas empresas passaram a apostar na exportação de produtos com maior valor agregado e marca, mas são ainda pouco representativos.

Também, a restrição às importações de calçados que foi imposta pela Argentina, com imposição de cotas, e a exigência de licença para importação do produto, vem prejudicando as vendas para esse importante mercado.

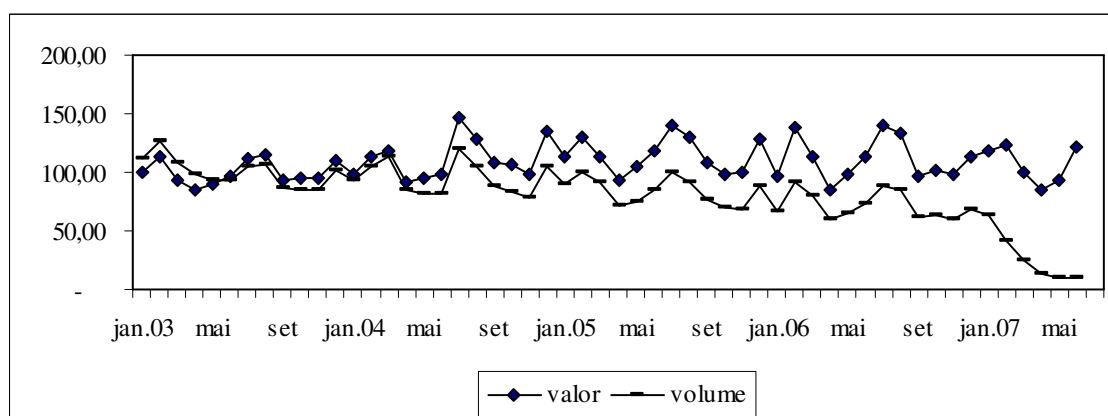


Gráfico 3 - Índice de valor e volume exportado – calçados artefatos semelhantes e suas partes 2003/2007 (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

O principal produto vendido pelo Estado foi o calçado de couro natural, cujo faturamento se elevou, porque a redução na quantidade exportada foi compensada pelo acréscimo no preço médio. O mesmo não ocorreu, em particular, nos calçados de borracha ou plástico, já que houve uma redução no valor exportado, fruto da queda das vendas para os Estados Unidos, visto que, esse país é maior mercado deste produto, tendo absorvido 53% do total transacionado.

Registrando a mesma tendência de queda que a observada no ano anterior, o volume de vendas externas de calçados e suas partes em 2006 ficou em torno de 8%, destacaram-se as exportações de calçados de couro e de calçados de borracha e plásticos, que representaram

84% e 7% respectivamente, do total do capítulo da NCM. O valor e volume exportados em 2006 tiveram a mesma tendência observada no ano anterior, só que com uma grave diminuição na quantidade exportada em relação a 2005 (GRÁFICO 3).

Uma das grandes reclamações dos calçadistas ainda se diz respeito às restrições da Argentina, apesar de as vendas para esse país terem aumentado. Dessa forma, no RS esse incremento foi impulsionado pelas vendas de calçados de couro e de têxteis, uma vez que os calçados de borracha e plásticos tiveram uma diminuição no faturamento.

Dificultando ainda mais as exportações gaúchas no período de análise, em 2005 foi firmado um acordo entre o Brasil e a Argentina limitando as importações argentinas provenientes do Brasil em 13,5 milhões de pares, e instituindo o regime das licenças não automáticas das suas importações, o qual propiciou um desvio de comércio que acabou beneficiando os fabricantes asiáticos. Em 2006, foi assinado um novo acordo, dispondo que, até 30 de junho de 2007, 75% das importações argentinas (entre 20 milhões e 22 milhões de calçados) será proveniente do Mercosul, o que de certo modo, permitirá um crescimento significativo no número de pares exportados para o país vizinho. Mas, a princípio, a tendência para 2007 é que o volume exportado por esses produtos continue em declínio.

Desse modo, para manter o faturamento com exportações, os empresários têm priorizado a fabricação de produtos de maior valor agregado, com alta tecnologia, *design* e marcas próprias. Aliados ao câmbio desfavorável e à carga tributária elevada, são também considerados como relevantes problemas para a indústria calçadista somada a concorrência chinesa e o contrabando. Os principais destinos dos calçados de couro gaúcho continuam sendo os Estados Unidos e o Reino Unido.

3.2 VEÍCULOS AUTOMOTORES

As exportações pelo Rio Grande do Sul do capítulo 87 da NCM estão, desde 2003, apresentando um crescimento superior à média das exportações do Estado. Dentre as principais mercadorias que compõe esse capítulo, destacam-se as vendas externas de tratores e suas partes, e carrocerias de ônibus. Durante o período 2003/04 tanto o volume quanto os valores exportados por esse capítulo apresentaram evolução semelhantes e favoráveis, excluindo momentos de queda nas duas variáveis ocorrida no final de 2003.

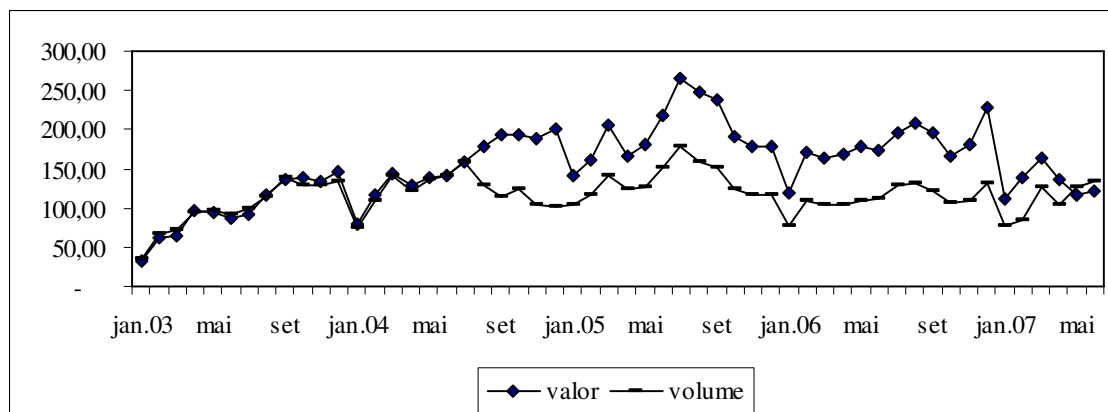


Gráfico 4 - Índice de valor e volume exportado - Veículos automotores, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (Base 2003=100)
 Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Com um incremento de 47,34% no valor em 2005 em relação ao ano anterior, em detrimento de uma queda de 16,11% no valor exportado no mesmo período (GRÁFICO 4), os principais destinos Chile, Estados Unidos, Argentina e México. Nesse capítulo, alguns produtos tiveram destaque, entre eles os tratores, que foram os mais comercializados no exterior, com elevado crescimento das vendas, em especial para a América Latina e Estados Unidos.

As partes e acessórios de automóveis, cujas vendas cresceram sobremaneira para os Emirados Árabes, África do Sul e Irã e decresceram para o México. As carrocerias para veículos, basicamente com capacidade maior de 10 pessoas ou para carga, sobressaíram como mercados de destino México e o Chile. Pelo seu crescimento, devem-se ressaltar as exportações para Catar, Arábia Saudita e Portugal. Em última análise, os veículos para transporte de 10 ou mais pessoas, devido aos elevados valores exportados para o Chile, o qual adquiriu mais de dois terços das exportações desse produto, sendo superior ao verificado em 2004.

Em 2006, as vendas de tratores, partes e acessórios de automóveis, bem como as carrocerias para veículos, que juntos representaram 82% do valor comercializado, sofreram uma queda significativa de 45,86% no volume exportado desse capítulo. Os tratores apresentaram uma redução do valor comercializado no Estado, e esta redução foi muito maior do que em nível nacional, os principais destinos foram Argentina, EUA, México e Venezuela. Esses quatro mercados decresceram suas compras de tratores, em especial EUA e Venezuela, em 2007 observa-se que ocorre a mesma tendência observada no ano anterior.

As exportações de partes e acessórios para tratores contrariaram a tendência observada a nível nacional, ocorrendo um pequeno decréscimo do valor no RS. Os principais destinos das vendas gaúchas foram EUA, Argentina, África do Sul e México.

3.3 FUMO

O Brasil foi consolidado maior exportador de fumo do mundo, sendo que o RS responde pela maior parte das exportações de fumo do país (80%). Em 2003, a demanda ficou acima da oferta mundial, pois tanto os Estados Unidos como o Zimbábue, os dois principais concorrentes do Brasil no mercado fumageiro, apresentaram problemas na sua produção, o que elevou a cotação do fumo no mercado internacional, e o produto brasileiro apresentou excelente qualidade e preços competitivos, apesar da menor produtividade das lavouras devido a problemas climáticos (excesso de chuva). Houve, assim, uma corrida pelo fumo em folha brasileiro, e o produto praticamente se esgotou.

Impulsionadas pelo crescimento do seu preço, o volumes exportado de fumo e suas manufaturas, em 2005 apresentaram uma trajetória de queda em relação ao ano anterior, o volume exportado por esse capítulo sofreu uma redução de 56,64,% (GRÁFICO 5). Os principais mercados, por blocos, foram a União Européia e a Ásia, que absorveram 42% e 22% do valor exportado. Já outro importante mercado, os Estados Unidos (inclusive Porto Rico), diminuiu suas compras de fumo do Estado em 17% (FEE, 2006).

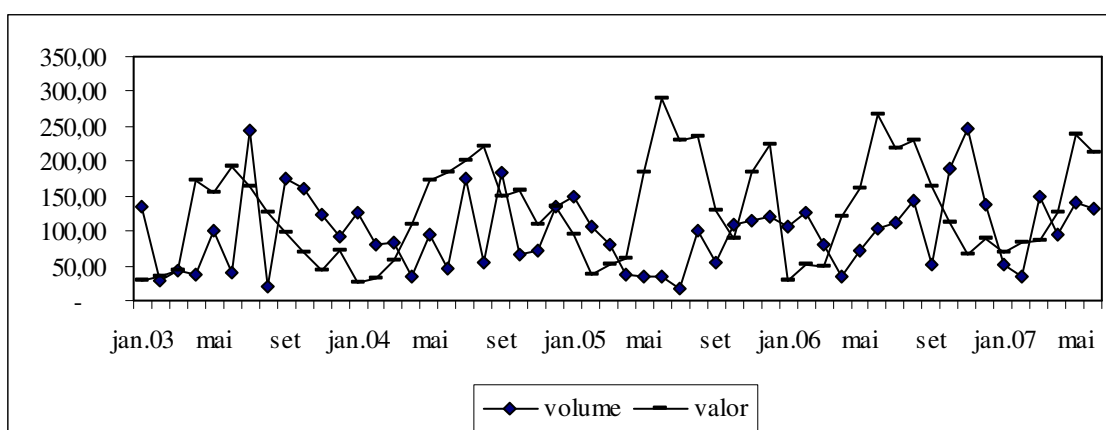


Gráfico 5 – Índice de valor e volume exportado - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Comparativamente em 2006, o faturamento com a exportação de fumo não manufaturado, principal produtos comercializado no exterior, representa quase a totalidade das vendas externas de fumo, sendo este produto o terceiro principal capítulo exportado segundo NCM.

Apesar do elevado incremento dos preços, houve uma redução da quantidade vendida 9,97% em relação ao ano anterior (GRÁFICO 5). A queda de produção mais intensa na Região Sul é atribuída à redução da safra 2005/06, aliada à menor quantidade ofertada em razão do clima desfavorável. Nos primeiros meses de 2007 é observado que predomina uma tendência favorável na quantidade exportada, face à evolução favorável dos seus preços.

O decréscimo das vendas externas no RS pode também ser atribuída pela redução das exportações da Universal Leaf Tabacos (uma das principais exportadoras de fumo do Estado). Essa empresa, depois de quase duas décadas, voltou a processar fumo em Santa Catarina onde, conseqüentemente, tem exportado o produto.

3.4 CARNES

As exportações de carnes e miudezas comestíveis apresentam desde 2003 uma tendência favorável na sua quantidade exportada. O maior mercado para as carnes gaúchas é a Rússia, entretanto, esse país perdeu participação no total de carnes exportados pelo Estado, tendo em vista o crescimento excepcional das vendas para vários países do Oriente Médio, e para alguns países da União Européia (como a Alemanha e a Holanda).

Dentre os três tipos de carne que compõe a pauta de exportações do complexo, merecem destaque as vendas de aves, responsáveis por mais de 70% das vendas externas de carnes, deve-se destacar a venda de frangos inteiros, e frangos em pedaços.

Em 2003, houve um aumento considerável na participação desse capítulo na pauta exportadora do Estado, tanto o valor quanto as quantidades exportadas apresentaram evoluções positivas consideráveis, o incremento no valor exportado, em 2003 chegou a 51,66% (GRÁFICO 6). Em 2004 houve um aumento relativo de 27,7% no volume exportado, denotando a fase extremamente positiva que este setor vem passando.

Em 2005, tendo como principais destinos a Europa Oriental, o Oriente Médio e a Ásia. Nesse capítulo, sobressaíram-se as exportações de carnes de frangos e de suínos. Já as carnes bovinas são ainda pouco representativas nas vendas externas gaúchas. As carnes de aves apresentaram um crescimento no valor exportado de 25%, percentual pouco inferior ao do país (28%), estimuladas pelo incremento da demanda de proteínas animais no mundo e pela

gripe aviária, inibindo as exportações de muitos países, favorecendo o aumento no valor das exportações em 5,67% (GRÁFICO 6). Os destinos dessas carnes são, basicamente, Japão, Holanda e Rússia (pedaços e miudezas congelados), assim como para Arábia Saudita e Emirados Árabes (galo/galinhas inteiras).

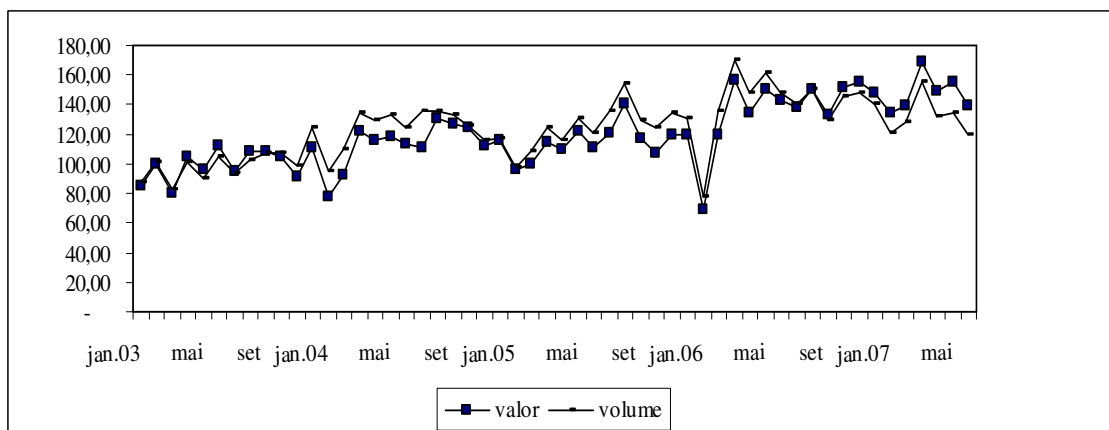


Gráfico 6 – Índice de valor e volume exportado – carnes e miudezas comestíveis (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

A carne suína teve um acréscimo na sua participação em relação a 2004 (FEE, 2006). O principal destino foi à Rússia, que absorveu 53% do faturamento total. Há, de certo modo, uma preocupação com relação a relevante dependência das aquisições russas, o Brasil segundo Moreira apud (BELLO, 2006), tem conseguido vender volumes elevados, porque o Governo russo permite que o país preencha a cota de outras nações que não o fazem. Contudo, existe o receio de que a Rússia mude esse procedimento ao entrar na OMC (Organização Mundial do Comércio), gerando efeitos danosos à exportação de carne suína brasileira e gaúcha.

As vendas externas de carnes e miudezas comestíveis continuaram sua trajetória notável de crescimento no valor exportado em 97,7% (GRÁFICO 6). As exportações de carnes brasileiras refletiram, em parte, os impactos da queda da demanda externa, em especial devido a gripe aviária e a febre aftosa. Essa queda só não foi maior devido à transferência da produção destinada ao mercado externo para unidades dos estados autorizados pelos importadores a manterem as exportações, o que favoreceu as vendas de carnes suínas e bovinas gaúchas, constatando o incremento no valor exportado por esse capítulo no ano de 2006.

As exportações de carnes suínas no Estado dobraram, devido ao incremento da quantidade e do preço médio. Tal comportamento pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a Rússia, principal comprador de carne suína, retomou as compras do Estado, interrompida em dezembro de 2005, em decorrência do ressurgimento da aftosa no Brasil, mantendo a suspensão para seis estados brasileiros. Contudo, de acordo com Rocha (2006), o principal motivo do embargo é que a Rússia criou um programa de incentivo para fortalecer a sua indústria de carne suína, e os produtores temem a competição com a carne suína brasileira, dessa forma ainda continua gerar uma grande preocupação com relação à dependência das aquisições russas.

3.5 SOJA

O complexo soja registrou um forte crescimento em suas exportações, fruto de um aumento nos preços internacionais da soja e derivados, a perspectiva era que o país se consolidasse como o maior exportador mundial de soja em grão. O aumento do preço da soja, aliado à maior quantidade exportada, elevou as receitas de exportação da soja em grão, a China converteu-se como o principal mercado para o grão de soja gaúcho.

Constata-se que houve uma expansão da área de soja plantada em 2005 que cresceu em torno de 4,9%, embora o volume da oleaginosa tivessem decrescido em 22,97%, (GRÁFICO 7) o produtor resolveu continuar apostando no seu cultivo. Desse modo, eles entenderam que apesar de já não serem altos os preços, eles ainda se mantinham em um patamar relativamente favorável, na comparação com produções alternativas, em especial o milho.

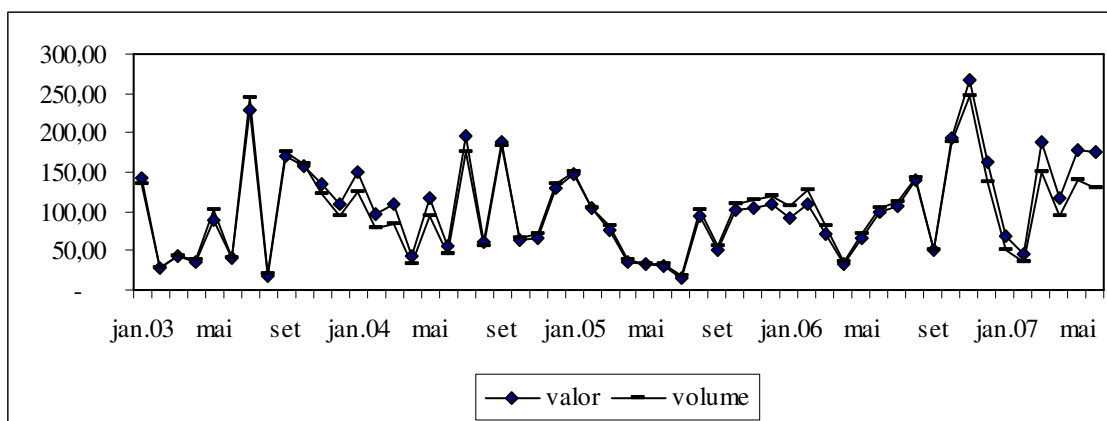


Gráfico 7 – Índice de valor e volume exportado – soja (Base 2003=100)
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Devido à estiagem, num primeiro, e posteriormente um excesso de chuvas no período da colheita, gerou grãos defeituosos e com baixo teor de óleo. Menor produção e falta de qualidade fizeram com que a indústria de óleos vegetais do Rio Grande do Sul passasse a importar parte de suas necessidades de matéria-prima de estados e países vizinhos e de outros países do Mercosul. Pelos mesmos motivos, houve também uma redução das exportações dos produtos do complexo soja (grão, óleo, e farelo).

O incremento na quantidade vendida em 2006, motivada pelo maior volume de soja disponível para exportação, tendo em vista a forte quebra de produção no ano anterior, em consequência da prolongada estiagem já mencionada anteriormente. As perspectivas para 2007 seja que permaneça a tendência favorável das exportações, como ocorreu em ano anterior.

Com respeito ao óleo de soja, o incremento na quantidade vendida de óleo em bruto ao exterior pelo RS foi responsável pelo crescimento das vendas, pois os preços permaneceram relativamente estáveis. O principal destino da soja em grão é a Ásia, em especial a China, que absorve mais da metade do grão vendido no exterior, seguida Taiwan e do Oriente Médio, já o óleo de soja o principal mercado do produto é o Irã, com uma participação de 52%.

3.6 COUROS

Desde 2001, as exportações de couros e peles vêm aumentando de forma considerável, e em 2003 o seu principal mercado foi o mexicano, cujo aumento de vendas foi de 2.081% (FEE, 2004). Entretanto, também se configura como principais mercados do couro gaúcho Hong Kong Itália e Estados Unidos. Em 2004, foi constatado um crescimento expressivo no volume exportado de 24,93% (GRÁFICO 8), indicando a importância relativa desse setor na pauta exportadora gaúcha.

Um ínfimo crescimento de 11,33% no valor e com queda de 5,28% no volume exportado foi constatado em 2005, o principal destino de couro gaúcho é a Ásia, cujas vendas cresceram 10%, dados os incrementos das exportações para Hong Kong, China, Malásia e Taiwan.

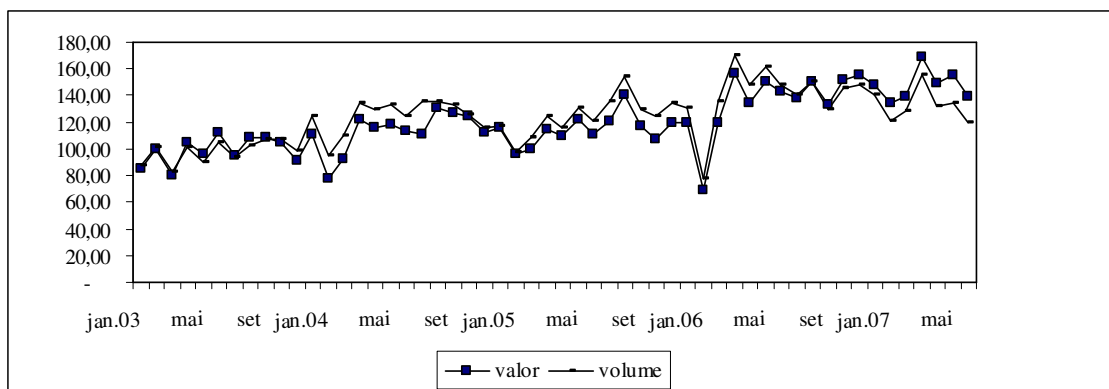


Gráfico 8 – Índice de valor e volume exportado – peles e couros (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

As maiores vendas foram de peles depiladas de outros animais ou peles de animais desprovidos de pêlos preparados, com um crescimento de 13% e de couros e peles, depilados, de bovinos e eqüinos preparados, cujo valor se reduziu em 18%. No Estado, os principais produtos exportados, em termos de valor, são couros acabados e couros tipo *crust*, de maiores preços médios. Já no Brasil, o couro *wet blue* é o segundo maior em valor.

O valor como também o volume exportado ao exterior foi superior aos verificados no ano de 2005. As exportações de couro tiveram um incremento de 10,25% no valor exportado em relação ao mesmo período de 2005 (GRÁFICO 8). Os principais mercados de destinos continuaram sendo Hong Kong, EUA, Itália, e China, que, juntos, absorveram 63% do montante exportado em couros e peles. Assim como em nível nacional, os couros bovinos gaúchos exportados representaram em torno de 94% do valor dos couros vendidos ao exterior. Dessa maneira, os couros elevaram suas vendas em 35,3% e abrangem os couros curtidos ou *crust*, que são mais elaborados e representam cerca de dois terços do valor vendido ao exterior desse produto, e os *wet blue*, com apenas o primeiro estágio do curtimento, que participaram com o terço restante. Os couros acabados representaram 59,7% do valor de couros exportados pelo Estado e cerca de um terço das exportações brasileiras de couro bovino acabado. O principal mercado foi Hong Kong, que absorveu 27,4% desse tipo de couro.

3.7 PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS

Os produtos químicos incluem dois capítulos da NCM: plásticos e suas obras (capítulo 39) e produtos químicos orgânicos (capítulo 29), e o principal mercado desses produtos são os Estados Unidos e os países do Mercosul, mas precisamente a Argentina.

As vendas de produtos químicos orgânicos em 2004 tiveram uma pequena queda de 3,35% em relação ao ano anterior (GRÁFICO 9), nota-se que seus preços tiveram uma evolução favorável no período. Já em 2005, houve um melhor desempenho tanto no volume quanto no valor exportado, e esta tendência se verificou também para ano de 2006.

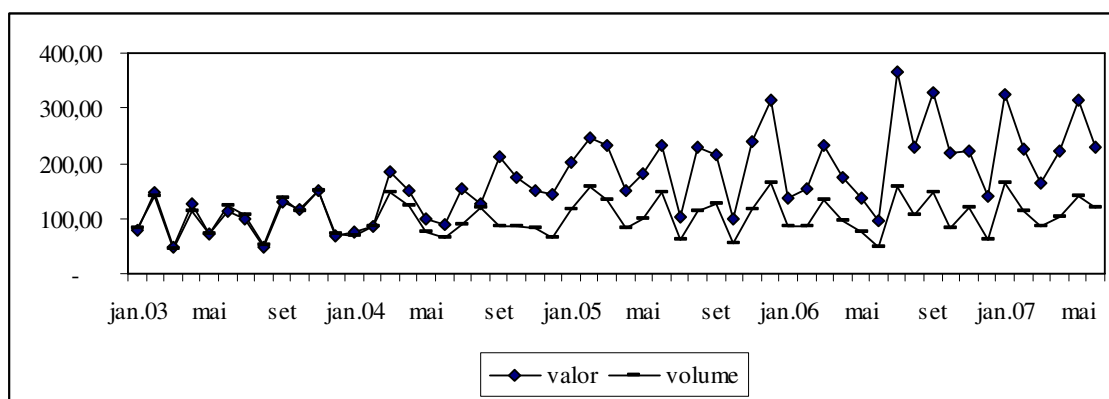


Gráfico 9 – Índice de valor e volume exportado – Produtos químicos orgânicos (Base 2003=100)

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

3.8 CLASSIFICAÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO RS SEGUNDO A EVOLUÇÃO DO VALOR E VOLUME EXPORTADO

O Estado tem a sua pauta de exportação na maioria voltada para produtos em retração no mercado mundial, o que não significa uma perspectiva necessariamente adversa, mas traduz isto sim, um padrão de especialização estruturado a partir de atividades intensivas em recursos naturais e trabalho, que tendem a perder espaço relativo no processo de desenvolvimento econômico. Ressalta-se que tal característica não projeta a inviabilidade desse padrão de especialização, pois o Estado poderá continuar especializado nessas

atividades, desde que seja capaz de ganhar espaço na competição internacional. Portanto, a primeira questão que se diz respeito à conveniência e às possibilidades de manutenção do atual padrão de especialização da pauta do Rio Grande do Sul.

A partir do comportamento das variáveis referidas, a pauta do Rio Grande do Sul foi classificada da seguinte forma:

a) dinâmicos: os produtos exportados pelo Estado que tem representatividade na pauta exportadora gaúcha, e que ao longo do tempo vem apresentando uma evolução positiva na participação e no crescimento das exportações;

b) declínio: os produtos exportados pelo Estado que tem uma grande participação na pauta exportadora, mas que ao longo do tempo vem apresentando uma evolução negativa no crescimento das exportações;

c) emergentes: são produtos exportados têm uma pequena participação na pauta, mas que vêm apresentando uma evolução positiva no crescimento de suas exportações;

d) retrocesso: os produtos exportados pelo Estado que têm pouca participação na pauta exportadora, e vem apresentando uma evolução negativa participação e no crescimento das exportações.

Nota-se que os principais produtos que têm uma grande representatividade na pauta exportadora do Estado, (Dinâmicos) que vêm apresentando uma evolução positiva ao longo do período são os produtos de baixo valor agregado, mas também existe a participação de produtos que contém intensidade tecnológica, como reatores nucleares, caldeiras (NCM 84) e veículos automotores (NCM 87).

A importância em exportar produtos com maior conteúdo tecnológico reside no fato que, para a competitividade internacional, uma vez que a incorporação de maior capacidade de ampliar acoplamento à demanda mundial, ou seja, uma maior capacidade de ampliar as exportações.

Quadro 1 – Classificação dos produtos exportados conforme sua participação e crescimento na pauta exportadora do Estado, segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)

Participação	
\bar{X}	Declínio (↑↓)
	Dinâmicos (↑↑)
\bar{X}	Emergentes (↓↑)
	Crescimento

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

E, nesse contexto, dada a elevada importância da atividade rural e de seus *linkages* no RS, se torna preocupante que a inserção dos produtos industriais gaúchos se dê com piores indicadores do que aqueles já precários apresentados igualmente pela indústria nacional (SCHERER, 2006). Analisando o ano de 2006, a participação de produtos de alta tecnologia teve uma atuação tímida no valor total da indústria gaúcha, levando-se em conta os esforços que se têm realizado no sentido da implantação de parques tecnológicos e de atração de empresas voltadas às novas tecnologias no Estado.

Estudiosos da área como (CAMPOS e CALANDRO, 2005), observam um declínio da atividade industrial gaúcha a partir de 2004. Os resultados negativos nesse setor refletem as especificidades da estrutura industrial local, que é fortemente articulada com atividade agropecuária e com o setor exportador. A falta de dinamismo do setor agrícola, que deixa de impulsionar atividades com a produção de fumo, fertilizantes, defensivos agrícolas, tratores e colheitadeiras de um lado, e a perda de rentabilidade dos segmentos exportadores, devido à apreciação cambial do real, que provoca queda na produção e na fabricação de produtos

intensivos em mão-de-obra, como calçados, de outro lado, são exemplos claros dessa situação.

No intuito de investigar o nível de concentração da pauta exportadora gaúcha, será utilizado o índice de Hirschman-Herfindahl (HHI), que é uma medida estatística usual na literatura econômica. Esse índice de concentração procura explicar o tamanho da distribuição, por exemplo, de produtos exportados, implicando que mudanças em todas as partes da distribuição influenciam o valor do índice de concentração.

O índice de Hirschman-Herfindahl (HHI) descreve a característica completa da distribuição. Este índice é dado por:

$$HHI = \sum_{i=1}^n L_i^2$$

Onde: HHI é o índice de concentração;

L é a participação de i-ésimo produto nas exportações totais, calculado a partir de $L_i = y_i / m_y$, sendo y_i o valor exportado do produto i e m_y o valor médio das exportações.

TABELA 5 - Índice de concentração (Hirschman-Herfindahl) – exportações do Rio Grande do Sul

Anos	Valor exportado (US\$ FOB)	HHI
2003	8.013.263.165	0,983
2004	9.878.602.143	0,849
2005	10.453.684.362	0,730
2006	11.802.078.723	0,630
2007/6	8.116.342.864	0,611

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2007).

Vale destacar que o índice de HHI oscila no intervalo de $(1/n ; 1)$ sendo que seu menor valor é encontrado, quando todos os produtos exportados possuem o mesmo valor exportado e é próximo à unidade quando têm-se alguns produtos respondendo por todas as exportações.

Observando as exportações gaúchas, nota-se que há uma relativa concentração em alguns produtos, sendo constatado que a partir de 2003 houve uma desconcentração da pauta exportadora do Estado.

3.9 POSSÍVEIS CAUSAS DO DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS

Analisando evolução das vendas externas do Estado, observa-se que o aumento nas receitas totais de exportação ocorreu graças ao desempenho dos produtos dito básicos, já que o crescimento dos industrializados (calçados de couro, tratores, veículos, carrocerias e acessórios para tratores) foi pequeno, e a *performance* dos industrializados só não foi pior devido às vendas de semimanufaturados (óleo de soja, pasta química de madeira), visto o reduzido incremento nas exportações de manufaturados.

Se, em 2005, as perdas na safra agrícola, em função da estiagem atingiram praticamente todo o Estado, em 2006, os prejuízos decorrentes das condições climáticas restringiram-se a algumas regiões do Estado, perdendo, assim, o caráter dramático registrado no ano anterior e elevando as exportações de soja em grão em 587% (FEE, 2007). Além do mais, a permissão dos importadores para o RS continuar exportando carne suína e bovina após o surto de febre aftosa que afetou alguns estados brasileiros também colaborou para o incremento nas vendas de carne gaúcha ao exterior.

Dessa forma, esses acontecimentos aliados às menores receitas de exportação para os básicos em 2005, fazendo com que a base de comparação fosse baixo, explicam, em grande parte, o crescimento nas vendas de produtos básicos ao exterior, apesar das dificuldades cambiais e do desempenho negativo das exportações de fumo (BELLO, 2007).

Em relação aos produtos manufaturados, seu desempenho deixou a desejar, em grande parte devido à política cambial. Dado o perfil de suas vendas externas, com grande intensidade no uso do fator trabalho e uma menor dependência de insumos importados, como é o caso dos setores de calçados e de móveis, os custos de produção permaneceram atrelados ao real e não ao dólar. Tal fato os prejudica duplamente, pois não conseguem usufruir de insumos mais baratos do exterior, e suas receitas em dólar, quando convertidas em real, são cada vez menores. Foi o que ocorreu com calçados de couro, cujo desempenho das suas exportações, ao longo de 2006, foi negativo em relação a ano anterior, apesar do aumento no preço médio.

Desse modo, mantida a valorização da taxa de câmbio, não é de surpreender que, se registrou, nas exportações gaúchas, uma maior presença de produtos com menor valor agregado.

Com base nesta afirmação, na balança comercial do agronegócio brasileiro, as exportações do segmento carnes somente têm sido superadas, nos últimos anos, pelas vendas do complexo soja. No entanto, a participação destas últimas tem mantido certa estabilidade, enquanto as exportações de carne aumentaram sua participação no valor exportado.

No RS, diferentemente do observado na balança comercial nacional, o segmento carnes é o mais importante, em termos de valor, no total das exportações do agronegócio, e as exportações do complexo soja ocupam o segundo lugar em importância nesse total. Além disso, o segmento tem apresentado um grande dinamismo, a participação do conjunto das diferentes carnes no total exportado pelo setor do agronegócio no Estado passou de 8,70% em 2000 para 23,14% em 2005 (FEE, 2007).

Na década de 90, iniciou-se um movimento mais consistente de crescimento das exportações de carnes bovina e suína, que, no final da década, já apresentavam uma participação significativa na pauta exportadora do agronegócio do Brasil. Foi, no entanto, a partir dos anos 2000 que essas vendas tomaram uma trajetória ascendente, que refletiu no aumento da participação do segmento carnes no total das exportações de carne entre 2000 e 2005 (FÜRSTENAU, 2007).

Com base nas constatações verificadas no setor de produtos manufaturados do Estado, os principais responsáveis pela taxa negativa da indústria são os seguintes setores; máquinas equipamentos (-17,43%); produtos de metal (-10,97%); calçados e artigos (-8,53%) de couro e fumo (-7,30%). Além do fato de as taxas negativas serem elevadas, esses quatro setores, juntos, contribuem com 34% do VTI (Valor da Transformação Industrial) e empregam 43% da mão-de-obra industrial do Estado, o que pode se evidenciar, o impacto desse desempenho desfavorável.

Sensível às vicissitudes do agronegócio, esse gênero industrial sofreu muito com a queda dos preços internacionais dos grãos, bem como com as estiagens de 2004 e 2005, tendo ambos os fatores contribuído para a queda na rentabilidade no setor. Com a conseqüente descapitalização dos produtores rurais (acentuando o problema de endividamento deste), o mercado interno para máquinas agrícolas viu-se restringido. Por outro lado, o câmbio valorizado prejudicou as exportações desses equipamentos, contribuindo também para o mau desempenho do setor.

No que respeita ao setor de máquinas e equipamentos, seu comportamento foi influenciado pelo segmento de máquinas agrícolas, cuja produção vem experimentando dificuldades desde 2005, as principais indústrias de máquinas agrícolas situadas no RS tomaram medidas para evitar o aprofundamento dos prejuízos, dentre elas, a demissão de

empregados e a concessão de férias coletivas. Em 2006, sendo o desemprego particularmente acentuado durante o período.

Em face desse quadro de dificuldades, alguns segmentos do setor procuraram alternativas na diversificação de produtos, como fábricas de tratores de baixa potência e de menor porte, adaptados às pequenas propriedades. O segmento produtor de máquinas e equipamentos para a produção de leite parece representar uma alternativa no RS, levando-se em conta o acentuado dinamismo dos investimentos na produção de laticínios.

O setor produtor de calçados e artigos de couro, por seu turno, é o terceiro elemento responsável pelo fraco desempenho da indústria gaúcha. Maior empregador da indústria, com mais de 27% da mão-de-obra, constitui-se num dos setores mais importantes da economia do Estado. Seu desempenho, em 2006, com relação ao valor e volume exportado desse produto foi pior do que verificado no ano anterior. Esses dados refletem o aprofundamento da crise que o setor vem enfrentando desde a abertura econômica, nos anos 90.

Mais recentemente, a hegemonia da China no mercado internacional, como produtora de calçados de menor preço, deixou os produtores gaúchos em maus lençóis, tendo em vista que os produtores locais não conseguem alcançar os padrões de competitividade do “gigante asiático”. Deve-se considerar que a taxa de câmbio valorizada teve influência decisiva nesse movimento.

A indústria do fumo, que também teve desempenho negativo em 2005, seguiu nessa mesma trajetória em 2006, apresentando uma taxa de -7,30% no mesmo intervalo (FEE, 2007). O aprofundamento da crise por que passa o setor está ligado à queda da rentabilidade das exportações, em função da valorização cambial. O Brasil é o maior produtor e o maior exportador de tabaco do mundo, sendo que a Região Sul contribuiu com 96% da produção nacional.

Do total da produção brasileira, 85% são destinados à exportação, segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA). Além da questão cambial, outros fatores são apontados por analistas para explicar as dificuldades do setor, como reajustes de preços que não acompanham os custos, oferta abundante e demanda limitada, e até mesmo o clima influenciou na qualidade de matéria-prima, em razão da falta de chuvas na época do plantio e do excesso de umidade na colheita, em algumas regiões.

De acordo com que foi dito anteriormente, o câmbio valorizado induz o setor produtivo a importar insumos e componentes, e, para gerar a crescente necessidade de divisas, ampliam-se as exportações de *commodities*. Tal dinâmica limita o adensamento do tecido industrial do Estado e promove efeitos multiplicadores fora do país, por isso não

surpreendem os resultados pouco satisfatórios do emprego industrial, nem o baixo crescimento do investimento produtivo.

As ligações da indústria gaúcha com a agropecuária, atividade que enfrentou muitas dificuldades nos últimos anos, trouxeram conseqüências a diversos setores manufatureiros, dentre os quais, destaca-se a indústria de tratores e de máquinas agrícolas. A indústria de calçados, atividade com expressiva participação na produção industrial do Estado, intensamente voltada à exportação, foi bastante prejudicada pelo câmbio desfavorável.

CONCLUSÃO

O país passou por uma expressiva abertura ao longo da década de 90, aumentando suas relações comerciais de maneira significativa como o resto do mundo. Houve a introdução de novas tecnologias no processo produtivo das empresas e, dessa forma ocorreu expressiva modernização com relação a novos métodos de produção, visto que as importações de diferentes segmentos industriais aumentaram de forma relevante.

Em relação a nossa pauta exportadora, muitos analistas esperavam que ocorresse o tão sonhado círculo virtuoso que consiste que, um aumento considerável nas importações geraria ganhos de eficiência e produtividade para as empresa que, posteriormente, gerariam novas vantagens comparativas para o país com o aumento na participação de produtos de maior valor agregado na pauta exportadora, dados empíricos mostram que houve uma continuidade na composição da pauta ser, em grande medida, composta os produtos básicos e essa tendência que foi verificada a nível nacional também foi observada no RS.

Com relação à importância dos produtos básicos na pauta exportara gaúcha, é constatado que, desde meados de 2001 até os anos mais recentes, a representatividade dos manufaturados no Estado vem caindo. De início, o fato poderia ser explicado pelo aumento nas exportações de produtos básicos e pela retração nas vendas de manufaturados, prejudicados pela crise argentina, embora o Estado tivesse partido, com sucesso, para a diversificação de mercados. Já a partir de 2003, o aumento nas exportações de básicos pode ser atribuído não somente ao aumento nas quantidades exportadas, como já vinha ocorrendo, mas também à elevação nos seus preços, observada nos últimos dois anos.

Com isso, a representatividade dos produtos manufaturados nas exportações do RS vem ao longo do período apresentando um declínio, apesar da retomada de vendas para a Argentina, um dos seus principais mercados. Concluindo, pode se afirmar que, desde o início do processo de abertura comercial nos anos 90 até os dias atuais, o RS não conseguiu alterar sobremaneira seu perfil exportador. Embora não tenha se transformado em mero vendedor de produtos básicos, também não logrou aumentar, de modo significativo, sua participação de manufaturados na pauta, como esperavam alguns especialistas do processo de abertura econômica do país.

Olhando a abertura comercial sob o aspecto de seus efeitos regionais, é constatado que a desconcentração da economia doméstica não se materializou, a maior inserção da economia

brasileira no contexto internacional está, de acordo com Parobelli e Haddad (2006) centrada na necessidade de um aumento da competitividade, de uma diminuição de custos e da reestruturação produtiva. Cabe destacar que esse processo pode reforçar os desequilíbrios regionais e ainda criar dificuldades de desenvolvimento em áreas consideradas dinâmicas.

Um outro ponto a ser destacado, no âmbito das mudanças ocorridas na economia brasileira, é o possível impacto espacialmente diferenciado do processo de globalização econômica mundial. Isto pode ocorrer devido à existência de especificidades regionais, principalmente no que se refere à composição da estrutura setorial, à disponibilidade de fatores produtivos, ao processo de inovação tecnológica das empresas e ao grau de interação regional. E, de fato, as mudanças na política econômica sintonizadas com o processo de globalização da economia mundial, no sentido de abertura externa da economia brasileira, tiveram efeitos regionais diferenciados. Dada à dimensão territorial e populacional e produtiva, o país não poderia alcançar os níveis de abertura e integração comercial de forma semelhante aos países de menor dimensão, como os países europeus, por exemplo. Assim sendo, o crescimento da economia brasileira, consideradas essas condições estruturais estarão, necessariamente, articuladas com o mercado interno.

Outro fator relevante é que a mudança na política comercial externa poderia reforçar a reconcentração relativa da produção industrial na área mais industrializada do país. Em melhores condições de ganho de eficiência e capacidade de competição no mercado internacional. Isto porque, partes consideráveis das exportações brasileiras se originam na região Centro-Sul do país. A abertura externa e a integração do mercado contribuíram para reforçar a especialização regional, a exemplo do setor de calçados no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul ocupa papel de destaque no cenário exportador brasileiro, o Estado está entre os três maiores exportadores do país somente abaixo de São Paulo Minas Gerais. As exportações gaúchas são caracterizadas por produtos básicos, chamados de *commodities* (como a soja, fumo) e também em produtos manufaturados de baixo valor agregado como os calçados. O Rio Grande do Sul, é caracterizado como um dos principais Estados captadores de divisas para o país.

Com respeito aos mercados de destinos das exportações do RS, é constatado que houve uma significativa diversificação de mercados para os produtos gaúchos. Essa diversificação de mercado ocorreu, principalmente, junto aos países em desenvolvimento, assim nos últimos anos, tomaram impulso às vendas para a China, Rússia, Índia, México, Irã e África do Sul. Desde a mudança da política cambial, tem sido observada uma diminuição na participação dos países de economias avançadas nas exportações brasileiras, ao mesmo tempo

em que tem aumentado à importância dos países em desenvolvimento e dos chamados “países de transição” (do Leste Europeu e da ex-União Soviética).

Embora a diversificação de mercados seja recomendável, vale destacar que, por se constituir de países em desenvolvimento, essa expansão tem uma dimensão conjuntural que pode limitar o crescimento das vendas para esses novos mercados. Isto porque, em alguns casos, após a conquista de espaços até então não ocupados, as taxas de expansão para esses novos mercados podem se tornar vegetativas, dado o tamanho limitado de sua capacidade de absorção de mercadorias vindas do exterior. Além disso, a sustentabilidade de suas taxas de crescimento tem dinâmica econômica mais instável que os desenvolvidos. Entretanto, mesmo que alertando para esses riscos, as vantagens da diversificação dos mercados superam as duas desvantagens.

Com base na análise da evolução mensal do valor e volume exportado pelo RS ao longo do período de 2003 a 2007, feita no capítulo 3, é constatado que os principais produtos que obtiveram uma melhor *performance* foram o complexo soja, carnes comestíveis e peles e couros.

As exportações de carnes suínas no Estado dobraram, devido ao incremento da quantidade e do preço médio. Tal comportamento pode ser explicado, em parte, pelo fato de que a Rússia, principal comprador de carne suína, retomou as compras do Estado, interrompidas em dezembro de 2005, contudo, sendo a Rússia o seu principal mercado, e esta por sua vez criou um programa de incentivo para fortalecer a sua indústria de carne suína, e os produtores temem a competição com a carne suína brasileira, dessa forma ainda continua gerar uma grande preocupação com relação à dependência das aquisições russas.

O incremento na quantidade vendida do complexo soja foi motivada pelo maior volume de soja disponível para exportação, tendo em vista a forte quebra de produção verificada em 2005, em consequência da prolongada estiagem já mencionada anteriormente. As perspectivas para 2007 seja que permaneça a tendência favorável das exportações, como ocorreu em ano anterior.

Desde 2001, as exportações de couros peles vêm aumentando de forma considerável, e em 2003 o seu principal mercado foi o mexicano. Entretanto, também configuram-se como principais mercados do couro gaúcho Hong Kong Itália e Estados Unidos. Em 2004, foi constatado um crescimento expressivo no volume exportado de 29,79% , indicando a importância relativa desse setor na pauta exportadora gaúcha.

Foi constatado que, através da análise, a queda substancial nas exportações de importantes produtos manufaturados que compõe a pauta exportadora gaúcha, o setor de

calçados, por exemplo, vem sofrendo ao longo do tempo, um constante declínio no seu volume exportado, visto que este produto manufaturado tem grande representatividade na pauta exportadora gaúcha.

Sendo o maior empregador da indústria, constitui-se num dos setores mais importantes da economia do Estado. Seu desempenho, em 2006, com relação ao valor e volume exportado desse produto foi pior do que verificado nos anos anteriores. Esses dados refletem o aprofundamento da crise que o setor vem enfrentando desde a abertura econômica, nos anos 90.

Mais recentemente, a hegemonia da China no mercado internacional, como produtora de calçados de menor preço, deixou a produção gaúcha em crise, tendo em vista que os produtores locais não conseguem alcançar os padrões de competitividade do “gigante asiático”. Deve-se considerar que a taxa de câmbio valorizada teve influência decisiva nesse movimento.

O câmbio valorizado também prejudicou as exportações de veículos automotores, principalmente equipamentos agrícolas, contribuindo também para o mau desempenho do setor.

No que respeita ao setor de máquinas e equipamentos, seu comportamento foi influenciado pelo segmento de máquinas agrícolas, cuja produção vem experimentando dificuldades desde 2005, as principais indústrias de máquinas agrícolas situadas no RS tomaram medidas para evitar o aprofundamento dos prejuízos, dentre elas, a demissão de empregados e a concessão de férias coletivas. Em 2006, sendo o desemprego particularmente acentuado durante o período.

Em última análise, na fase de liberalização do comércio e de integração da economia brasileira à mundial, não houve alterações na estrutura desse comércio em benefício dos produtos manufaturados. Em detrimento disso, acabaram-se mantendo elevada e até mesmo crescente as vendas externas associadas às atividades extrativas agrícolas e minerais e também de produtos de baixo grau de transformação industrial.

Com relação à pauta exportadora gaúcha, embora tenha ocorrido uma importante diversificação na sua pauta, ainda hoje ela exhibe uma grande concentração nas vendas de produtos do complexo soja, fumo, couros e calçados e carnes de aves. A forte dependência do comércio exportador do RS em relação a uns poucos complexos produtivos e a exportações relativamente densas em valor (fumo, calçados e aves), segundo o que foi constatado durante todo o trabalho, o tornam muito sensíveis a variações das condições de produção e de mercado no curto prazo.

Mas é possível antever problemas também de sustentabilidade do crescimento do comércio exportador baseado no padrão histórico de crescimento como a fronteira agrícola esgotada para expansão agropecuária, concorrência crescente da agropecuária em relação a outras áreas como a dos cerrados ao norte e no centro do país, escaladas de produção incompatíveis com a produção de *commodities*, repetidos fatores climáticos adversos a prejudicar a lavoura temporária, anúncios recentes sobre realocação de plantas industriais de soja, fumo e calçados em países emergentes, tudo isso aponta o esgotamento do padrão atual de crescimento do comércio exportador.

Uma das alternativas apontadas por alguns autores utilizados no trabalho para a expansão do setor, no longo prazo, passaria pela “descomoditização”, isto é, pelo aumento do valor adicionado às mercadorias atualmente exportadas como matérias-primas, pela diversificação da pauta de exportações em termos de produtos e destino geográfico das vendas, somente dessa forma a pauta exportadora do Rio Grande do Sul não sofreria constantemente de fatores exógenos que, de modo relevante, interferem na evolução das exportações e da pauta exportadora gaúcha.

Com relação à contribuição do estudo, deve-se ressaltar que não existem análises semelhantes desenvolvidas anteriormente nos estudos sobre o comércio exterior gaúcho. E, dadas as limitações do estudo, a sugestão para estudos posteriores é analisar o desempenho exportador do Estado, com base nas políticas governamentais de incentivo a exportação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. E.; MORAIS, I. A.; BARCELLOS, P. C. Desigualdade e Concentração na Pauta de Exportações dos Estados Brasileiros. In: **Revista Análise**, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 5-27, jan/jul. 2005

BARROS, J. R. M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, abril/junho, São Paulo, 1997.

BELLO, T.S. Balança comercial do agronegócio gaúcho. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 13, n.7, jul., Porto Alegre, 2004.

_____. O Comércio Exterior Brasileiro e o Gaúcho e o Plano Real. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.32, n.2, p. 295-330, ago, 2004.

BELLO, T.S.; TERUCHKIN, S.U. As exportações do RS em 2005. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. v. 33, n.4, p.63-70 Porto Alegre, 2006.

_____. As exportações gaúchas em 2006: crescimento apesar das dificuldades. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. Porto Alegre, 2007.

_____. As exportações gaúchas em 2006: crescimentos apesar das dificuldades. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. v. 34, n.4, p.83-92 Porto Alegre, 2007.

BELLO, T.S. As exportações do RS por fator agregado. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 13, n.11, nov., Porto Alegre, 2004.

BENETTI, M. D. *Boom* Exportador: Ruptura ou Continuidade do Padrão de Comércio Brasileiro?. In: **Estudos Econômicos da FEE**, Porto Alegre, n. 2006.

_____. A Internacionalização Real do Agronegócio Brasileiro-1900-03. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. Porto Alegre, 2004.

_____. Desafios para o comércio exportador gaúcho. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 15 n. 2, fev., Porto Alegre, 2006.

BERITBACH, A.C.; CASTILHOS, C.C. Indústria: sinalização de mais uma década perdida?. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. v. 34, n.4, p.73-82 Porto Alegre, 2007.

BRITTO, G. **Abertura Comercial e Reestruturação Industrial no Brasil: Um Estudo dos Coeficientes de Comércio**. Tese (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

CASTILHOS, C. C. Destino das exportações gaúchas. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 12, n.8, mai., Porto Alegre, 2006.

COUTINHO, L. “A especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós Estabilização”. In: **VELLOSO, J. P.R. (org.). Brasil: desafios de um país em transformação**, José Olympio, 1997.

DINIZ, C.C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. IPEA, texto para discussão n. 375, 1995.

FEEDADOS. Disponível: www.feed.rs.gov/feedados. Acessado em 030/08/2007, às 18hs.

FOCHEZATTO, A; CURZEL, R. **Método de Obtenção da Matriz de Contabilidade Social: Rio Grande do Sul – 1995**. IPEA, textos para Discussão, Brasília, 2002.

FONSECA, R. **Diversificação Regional das Exportações Brasileiras: Um Estudo Prospectivo**. BNDES, texto para discussão, São Paulo.

FRANCO, G. “A Inserção Externa e o Desenvolvimento”. In: **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, jul/set, São Paulo, 1998.

FUJITA, M; KRUGMAN, P; VERNABLES, A.J. **The spatial economy: cities, regions and international trade**. MIT Press, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Exportações do valor e volume exportado pelo Rio Grande do Sul de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). disponível: www.feed.rs.gov/feedados. Acessado em 030/08/2007, às 18hs.

FÜRSTENAU.V. Exportações de carne: um segmento extramente dinâmico no Brasil. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. v. 34, n.4, p.63-73 Porto Alegre, 2007.

GUIMARÃES, Edson. Evolução das teorias de comércio exterior. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/evolucao_das_teorias_de_comercio_internacional.pdf. Acessado em: 10/07/2007, às 21 hs.

GONÇALVES, R. **O Brasil e o Comércio Internacional: Transformações e Perspectivas**. Ed. Contexto, São Paulo, 2003.

HADDAD, Eduardo Amaral; PEROBELLI, Fernando Salgueiro. Exportações internacionais e interações regionais: uma análise do equilíbrio geral. **Estud. Econ.** São Paulo, v.36, n.4, p.833-866, outubro-dezembro 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 07/07/2007, às 22 hs.

LAZZARRI, M. R. Agropecuária gaúcha em 2005: estiagem, câmbio e crise. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. v. 33, n.4, p.41-50, Porto Alegre, 2006.

LEI KANDIR. Disponível em: www.chipping.planejamento.gov.br/noticias. Acessado em: 02/07/2007, às 23 hs.

LIMA, E. L; JOAL, A.R. **Definindo Alvos para a Promoção das Exportações**. BNDES, textos para discussão, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, E.T.; CARVALHO, M.C. Ações para acelerar a expansão das exportações. In: **Revista do BNDES**, v.7, n. 14, p.253-272. Rio de Janeiro, 2000.

MACIEL, V. F. **Abertura Comercial e Localização Estratégica dos Negócios: A Experiência Brasileira da Desconcentração Metropolitana**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003.

MOREIRA, M. M. A Indústria Brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, F e MOREIRA, M. M. (orgs). **A Economia Brasileira nos anos 90, Rio de Janeiro**. BNDES, 1999.

MOREIRA, M. M.; CORREA, G. C. Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. In: **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, abril/junho, São Paulo, 1997.

NAKAHADO, S.N; JANK, M.S. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil**. (Documento de pesquisa. Disponível em: www.iconebrasil.org.br. Acessado em: 07/07/2077, às 14 hs.

OLIVEIRA, M. A Liberalização Comercial Brasileira e os Coeficientes de Importação 1990/95. IPEA, textos para discussão nº 703, Rio de Janeiro, 1997

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A. **Exportações Interestaduais e Interações Regionais: Uma Análise de Equilíbrio Geral**. In: Estudos Econômicos, out/dez, v36, n., 4, p. 833-866, São Paulo, 2006

PINTO, N.F. O Mercosul e suas Conseqüências: um Guia Elementar sobre a Integração no Cone Sul. In: **Indicadores Econômicos da FEE**. Porto Alegre, 2001.

RISSETE, N. P. A. **Impactos da Abertura Comercial nas Especializações das Exportações Brasileiras: Uma análise para a década de 90**. Tese (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 2003.

SCHERER, A. L. F. Tecnologia e exportações industriais do RS. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 16, n.5, jul., Porto Alegre, 2006.

SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Sistema Alice, disponível em: www.aliweb.gov.br. Acessado em 09/07/2007, às 15 hs.

TERUCHKIN, S.U. Novos mercados para produtos gaúchos. **Carta de Conjuntura da FEE**. Ano 15, n.7, jul., Porto Alegre, 2006.

VASCONCELOS, C.R.F. Análise do Padrão de Fluxo de Comércio Externo Brasileiro Sob a Ótica do Teorema de Heckscher-Ohlin: Caso do Mercosul e do Comércio com o Resto do Mundo. In **Instituto de Pesquisas Econômicas da USP**, São Paulo, vol.31 - n.4, 2001.

_____. **Impactos Setoriais de Mudança na Demanda Final da Agricultura**. 1992. Tese (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-Minas Gerais.

VASCONCELOS, J. R.; OLIVEIRA, A. O. **Análise da Matriz por Atividade Econômica do Comércio Interestadual no Brasil – 1999**. IPEA, textos para discussão, n1159, São Paulo, 2006.

WILLIAMSON, J. **A economia aberta e a economia mundial**, Campus, 1989.

ANEXOS

ANEXO 1 - Valor e volume das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) – 2003-07

seções	capítulos	2003		2004		2005		2006		2007	
		Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume
1	Animais vivos	425.986	169.581	690.683	132.280	8.649.971	9.254.536	15.364.273	15.573.872	3.334.308	2.371.209
2	Carnes e miudezas, comestíveis	669.073	706.182.914	952.015.726	813.902.774	1.257.363.091	904.406.304	1.539.809.144	959.550.602	945.794.763	566.581.932
3	Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aquáticos	10.212.962	5.367.182	10.583.425	5.907.105	10.455.718	4.357.629	8.086.570	4.665.477	4.287.704	2.904.797
4	Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos	3.764.471	2.951.524	11.488.525	6.348.942	24.081.783	13.786.872	19.699.759	15.135.475	18.474.197	10.188.317
10	Cereais	21.642.704	156.553.782	203.642	1.339.920.085	52.805.195	244.513.872	68.359.644	375.019.475	97.255.594	513.268.667
11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	3.408.439	10.595.811	1.929.817	6.511.670	678.739	1.733.844	654.692	1.404.830	617.170	1.435.562
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	843.131.379	3.815.360.201	635.026	2.212.404.598	110.157.647	440.057.670	741.934.382	3.281.208.110	803.397.150	2.948.553.411
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	30.383.847	37.922.970	91.509.977	57.625.996	115.806.533	74.144.314	173.478.721	99.548.269	145.855.481	75.565.896

		2003		2004		2005		2006		2007	
		Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume
18	Cacau e suas preparações	1.436.149	1.122.952	1.590.142	1.226.794	2.098.389	1.425.673	2.591.144	1.641.819	2.077.923	1.273.691
19	Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite; produtos de pastelaria	18.842.421	1.535.266	2.217.247	2.557.615	1.416.981	1.432.663	1.808.117	1.627.982	1.674.523	1.417.629
21	Preparações alimentícias diversas	3.622.159	23.584.332	18.805.358	27.231.350	21.100.721	26.455.793	26.462.764	28.536.014	14.254.864	15.503.922
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	363.753.385	3.882.681	3.682.054	6.727.238	5.413.461	8.900.092	6.951.476	9.612.370	3.655.513	4.641.591
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	964.961	1.867.525.258	412.612.609	1.775.328.347	297.590.327	1.492.948.144	348.005.097	1.776.003.763	226.350.942	1.041.507.997
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	836.049	424.061.890	1.253	524.561.973	1.457.034.047	546.113.536	1.249.582.627	439.885.416	871.744.427	284.908.276
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	1.322.797	31.932.575	39.210.118	109.873.643	131.642.006	271.353.910	255.624.770	454.298.954	314.457.510	564.303.753
28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	177.715.185	5.434.316	2.838.520	11.343.321	4.566.505	18.377.686	1.761.986	9.324.359	318.965	3.045.617
29	Produtos químicos orgânicos	955.306	394.084.359	243.092	360.619.575	362.034.576	420.252.119	360.498.172	391.225.380	263.907.378	275.310.481
30	Produtos farmacêuticos	37.351.470	141.099	2.555.641	358.978	1.469.027	226.779	2.469.751	304.950	1.037.886	148.664
31	Adubos ou fertilizantes	25.833.657	219.456.900	71.233.737	362.610.734	66.295.710	317.873.820	72.893.706	338.926.484	54.070.208	211.197.610

		2003		2004		2005		2006		2007	
		Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume
34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras" para dentistas e com	35.006.440	2.252.701	2.965.013	2.687.035	4.176.760	3.651.318	6.478.717	5.457.918	3.683.347	2.922.724
35	Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas		15.634.390	33.154.357	15.223.660	23.527.427	11.409.315	24.027.574	11.179.045	15.135.645	7.314.594
36	Pólvoras e explosivos; artigos de pirotecnia; fósforos; ligas pirofóricas; matérias inflamáveis		-	246	47	24.105	40.000	51.257	86.210	299	10
37	Produtos para fotografia e cinematografia	43.974.852	-	37.666.607	-	0	0	13.135	154	1.500	37
38	Produtos diversos das indústrias químicas	371.303.798	16.594.335	449.399	22.784.656	25.791.886	18.836.132	27.912.915	25.773.295	19.932.130	17.379.921
39	Plásticos e suas obras	156.709.968	575.513.564	165.511.698	471.080.258	676.715.204	592.343.904	794.724.743	614.915.522	554.074.597	409.519.047
40	Borracha e suas obras	369.050.842	107.927.338	418.308.809	99.321.659	214.823.353	110.315.195	225.381.390	107.230.287	155.906.599	66.526.658
41	Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	51.283	72.544.162	54.435.004	78.427.196	424.252.102	65.811.281	507.317.062	74.724.997	313.068.067	39.315.372

		2003		2004		2005		2006		2007	
		Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume	Valor (US\$ FOB)	Volume
45	Cortiça e suas obras	11.326	48.291	6.215	61.250	384.723	48.483	97.110	20.662	44.732	7.583
46	Obras de espartaria ou de cestaria	94.678.945	495	104.531.512	215	13.917	343	15.428	539	8.935	203
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios e aparas)	28.701.907	266.138.061	44.098.848	344.419.922	112.256.429	353.754.549	124.707.848	359.138.463	87.011.696	217.152.189
64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	3.270	76.726.252	2.510	73.888.824	1.360.468.144	63.523.579	1.317.034.131	54.403.110	767.592.117	28.942.746
76	Alumínio e suas obras		3.895.829	18.751	4.240.946	28.270.241	4.875.069	29.511.151	4.380.726	13.265.987	1.549.564
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	524.108.162	103.405.534	812.918.313	137.423.097	810.778.099	123.191.002	758.404.944	92.626.986	473.964.471	58.478.129
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	17.858.207	119.259.615	19.643.945	176.247.035	1.035.636.976	197.060.160	941.044.845	178.025.634	585.195.917	106.617.407
94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes		142.878.785	22.933	201.596.787	277.251.200	177.151.924	277.836.728	171.929.038	163.744.069	99.467.947

ou tabuletas e
placas indicadoras
luminosas, e
artigos
semelhantes;
construções pré

TOTAL	5.927.196.286	11.299.554.916	4.533.415.512	11.320.338.777	10.235.178.598	8.591.081.121	11.503.106.576	12.082.928.832	7.969.558.773	8.958.375.805
--------------	----------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	----------------------

FONTE: FEEDADOS (2007).